

Variações Ontológicas Da Phýsis E Psychê Na Filosofia Socrática

Francisco Souto Maior
Universidade Católica De Pernambuco
Mestrando Em Filosofia

Resumo

Este artigo investiga as variações ontológicas dos conceitos de phýsis (φύσις) e psychê (ψυχή) na filosofia socrática, analisando como esses termos sofrem deslocamentos conceituais que afetam a compreensão da natureza, da alma e do filosofar. A phýsis, na Grécia antiga, não se restringia a um sentido materialista, mas envolvia um dinamismo cósmico, como afirmam Naddaf (2005) e Sallis (2016). Sócrates confere à phýsis uma dimensão ética e epistemológica, articulando-a com o exame crítico, como se vê no Górgias (PLATÃO, 2011), onde combate a dissociação entre natureza (phýsis) e convenção (nomos) promovida pelos sofistas. A crítica socrática denuncia o uso manipulador da retórica e propõe a reintegração entre ordem natural e verdade, sugerindo que a phýsis tem implicações morais: compreender a natureza implica conhecer o papel do indivíduo na pólis. Esse movimento se entrelaça à reformulação da psychê, antes concebida como princípio vital ou sombra pós-morte, mas que, com Sócrates, se torna o núcleo identitário e ético do ser humano, aproximando-se do orfismo e pitagorismo (BERNABÉ, 2022). A alma exige cultivo e aperfeiçoamento, como destacado no Alcibiades I (PLATÃO, 2022), onde o domínio de si se vincula à educação política e ao ideal do “conhece-te a ti mesmo”. Foucault (2010) enfatiza o cuidado de si como prática política, ressaltando que, para Sócrates, a atenção à alma transcende a introspecção individual e envolve um compromisso público com a verdade. Hadot (2014) associa essa perspectiva a exercícios espirituais, indicando que a filosofia, para Sócrates, não é mero discurso, mas prática transformadora alinhada à ordem cósmica. Assim, a psychê não é um princípio passivo, mas força ativa em busca do bem e da virtude, refletindo a tensão entre mythos e logos: longe de rejeitar o mito, Sócrates o reinsere na reflexão racional (SCHÜLER, 1998). A missão socrática de despertar a consciência (DUHOT, 2004) o coloca em conflito com as elites atenienses, que usavam a retórica como instrumento de poder. No Górgias, Sócrates rebate a tese de Cálicles sobre a superioridade dos mais fortes, argumentando que a verdadeira justiça surge da harmonia interior, não da imposição pela força. A reformulação ontológica de phýsis e psychê situa-se, portanto, num campo de tensões: a natureza assume um aspecto moral e a alma torna-se o centro do autoconhecimento e da ética. Bernabé (2022) vincula essa visão à herança órfica, mas Sócrates não repete dogmas: ele questiona suposições e introduz uma abordagem dialógica inédita, onde a prática filosófica e o cuidado de si são essenciais para o florescimento da alma. Como indica Gazolla (1999), Sócrates propõe que a ética deve se fundamentar numa compreensão verdadeira da alma e do cosmos, como expresso no Fédon (PLATÃO, 1988), onde a filosofia surge como libertação das ilusões corpóreas. Assim, ao reformular phýsis e psychê, Sócrates inaugura um pensamento que influenciará Platão e toda a tradição filosófica ocidental, articulando natureza e alma sob a égide da razão e do cuidado de si.

Palavras-chave: phýsis; psychê; ontologia; ética socrática; variações conceituais

Date of Submission: 27-01-2025

Date of Acceptance: 07-02-2025

I. Introdução

A filosofia socrática ocupa um lugar peculiar na tradição grega, estabelecendo uma ruptura ao mesmo tempo sutil e profunda com os discursos filosóficos e políticos que a precederam. Nesse contexto, os conceitos de phýsis (φύσις) e psychê (ψυχή) assumem uma relevância extraordinária, tornando-se instrumentos cruciais na definição de uma nova maneira de pensar o cosmos, a cidade (pólis) e a vida ética. Ao contrário de uma abordagem que enxergue a natureza (phýsis) como algo meramente objetivo e alheio ao humano, ou que trate a alma (psychê) como um princípio exclusivamente religioso ou místico, Sócrates opera uma espécie de variação ontológica nesses termos, desvelando novas implicações para a ética, a política e a espiritualidade (Bernabé, 2022). Nessa perspectiva, a natureza não se limita a um domínio material e externo ao sujeito cognoscente; ela passa a ser correlata a uma noção de ordem universal cuja compreensão é fundamental para a própria constituição da alma. É nesse cenário que a psychê, antes vista na tradição homérica e órfica como elemento de vida ou sombra pós-morte, torna-se o ponto de convergência entre o sujeito e o cosmos, exigindo um esforço constante de cuidado e reflexão crítica (Duhot, 2004).

A partir desse pano de fundo, é possível situar o problema que este artigo se propõe a analisar: em que medida a filosofia socrática reconfigura as noções de *phýsis* e *psychê*, realizando deslocamentos conceituais que impactam profundamente a compreensão que temos da natureza e da alma? O que chamamos aqui de “variações ontológicas” diz respeito a uma mudança de regime de existência de tais conceitos, tal como sugerido pela perspectiva de Maniglier (2013), que entende a ontologia como algo em fluxo, sujeito a rupturas e redefinições. Nesse sentido, não há apenas uma releitura pontual de termos herdados da tradição, mas uma descontinuidade que reorienta o papel do filósofo e a relação entre o indivíduo e o universo. É justamente nessa reorientação que se define o teor político e ético da intervenção socrática, em oposição aos sofistas da época, que se limitavam a tratar a *phýsis* como algo instrumentalizável ou separável do discurso político (Naddaf, 2005).

A relevância de investigar tais variações ontológicas aparece com nitidez no momento histórico em que Sócrates vive: a crise da democracia ateniense, marcada pela Guerra do Peloponeso e pelo recrudescimento de práticas retóricas que separam a verdade do discurso público. Enquanto oradores profissionais moldavam a opinião da pólis para fins imediatistas, Sócrates questionava a legitimidade desse uso da linguagem e punha em evidência a necessidade de alinhar discurso e *phýsis*, sugerindo que a busca pela verdade não pode ser dissociada da estrutura fundamental da realidade (Foucault, 2010). Ao conectar o estudo da natureza à reflexão sobre a alma, Sócrates antecipa uma forma de cuidado de si que não se encerra em prescrições morais simples, mas exige o exame persistente das crenças, das emoções e dos valores que regem o comportamento humano (Gazzola, 1999).

A eleição de *phýsis* e *psychê* como eixos de análise reflete o fato de esses conceitos serem críticos para compreender o que se denominou “virada antropológica” na filosofia grega. Antes de Sócrates, filósofos pré-socráticos privilegiavam a investigação cosmológica, buscando, por exemplo, o *arché* ou fundamento material que sustentaria a totalidade do real. Ainda que o conceito de *phýsis* já fosse central, ele aparecia sobretudo como princípio de transformação e de constituição do mundo. O advento de Sócrates e sua ênfase na alma deslocam o foco do macrocosmo para o microcosmo, sem, contudo, abandonar a ordem universal. A mudança de escala não implica um desprezo pela natureza física, mas sugere que a compreensão do mundo passa necessariamente pela transformação interior do sujeito (Grimald, 2006). Essa transformação, ao mesmo tempo, dá-se em diálogo com a pólis, pois a alma não se edifica isolada, mas no contexto das leis, dos costumes e da política.

Para situar melhor esse deslocamento, é importante retomar a ideia de que a ontologia, no sentido defendido por Maniglier (2013), não é estática, mas atravessada por crises e variações catastróficas. Desse modo, podemos entender a postura socrática como um episódio de reconfiguração conceitual, em que *phýsis* e *psychê* não são mais tratados como entidades paralelas ou isoladas, mas ganham uma interdependência profunda. De acordo com Sallis (2016), a tradução do termo grego *phýsis* para o latim “natura” gerou distorções que subestimaram a dimensão dinâmica e vital desse conceito, reduzindo-o a um objeto. Sócrates, ao enfatizar a investigação filosófica e a ordem moral que perpassa a natureza, retoma o aspecto originário de *phýsis* como força geradora, reestruturando-a como correlato de uma ética do autoconhecimento. Com isso, ele combate o perigo de enxergar a natureza como algo meramente exógeno ou passivo, apontando que o discernimento acerca dela tem implicações diretas para a conduta humana (Maniglier, 2013).

Essa ênfase socrática ganha destaque quando consideramos o debate sobre *nomos* versus *phýsis*, característico do período. Sofistas como Protágoras ou Cálicles advogavam que a norma social (*nomos*) era uma convenção passível de manipulação, enquanto a natureza (*phýsis*) se manifestava na lei do mais forte ou na busca do prazer egoísta. Sócrates inverte essa tendência ao sustentar que a natureza contém uma ordem inteligível e que o *nomos*, adequadamente entendido, deve se alinhar a esse princípio mais profundo, assegurando justiça e equilíbrio na pólis (Gazzola, 1999). A discussão no *Górgias* (Platão, 2011) ilustra essa divergência: enquanto Cálicles celebra a supremacia do forte sobre o fraco, Sócrates denuncia a desordem da alma que se rende ao poder pelo poder, defendendo a temperança (*sophrosyne*) como critério de saúde psíquica, reatando, assim, o plano político ao plano da *phýsis* e da *psychê*.

O interesse de Sócrates pela alma implica um deslocamento radical no conceito de *psychê*. Nas narrativas homéricas, a alma aparecia como uma “sombra” que sobrevivia à morte, mas não exercia um papel central na identidade moral do indivíduo. Com os órficos e pitagóricos, abre-se o caminho para uma concepção mais elaborada de alma, vinculada à noção de purificação e metempsicose (Bernabé, 2022). Sócrates, ao incorporar esses elementos, propõe que a alma é algo que precisa ser cultivado pela via do exame de si. Essa concepção é exemplificada no *Fédon* (Platão, 1988), onde o filósofo discute a imortalidade da alma e sua afinidade com as ideias. Não se trata apenas de um dogma religioso, mas de um imperativo epistemológico: a alma busca a verdade por estar em sintonia com um plano imutável e inteligível, algo que só pode ser percebido por meio da razão e da prática filosófica (Hadot, 2014).

A busca da verdade, contudo, não é um movimento isolado do sujeito, já que Sócrates insiste na importância do diálogo e da vida em comunidade. A *parrhesia* — conceito retomado por Foucault (2010) — indica o falar verdadeiro que não teme o risco ou a hostilidade social, constituindo um traço fundamental da prática socrática. Ao exercitar a *parrhesia*, o filósofo não se limita a introspecções sobre a alma; ele questiona os valores da pólis, problematiza os costumes e expõe fraquezas na argumentação dos políticos e sofistas. Essa

postura reforça a ideia de que a alma se forma no embate com o outro e com as estruturas de poder, realçando que o cuidado de si e a participação política não podem ser desvinculados. Uma vida examinada requer um permanente questionamento de si, mas também requer uma disposição de interpelar e ser interpelado pelos demais.

Por esse ângulo, a natureza (phýsis) também não se fecha em um determinismo físico, mas aparece como palco de leis universais que ecoam na alma e inspiram uma conduta ética. A partir da concepção socrática, a compreensão do cosmos orienta a prática moral, pois descobrir a ordem da phýsis envolve perceber a harmonia que deve existir entre as partes da alma e o todo (Naddaf, 2005). Isso confere à filosofia um escopo muito mais amplo do que o das doutrinas cosmológicas pré-socráticas, uma vez que o estudo do universo se entrelaça à autorreflexão e à formação do caráter. Não se trata de usar a natureza como mero objeto de especulação, mas de vê-la como instância educativa que, por sua própria regularidade e inteligibilidade, oferece parâmetros para a virtude. Assim, a psychê, ao assimilar a ordem cósmica, encontra equilíbrio interno, refutando o relativismo que permitiria justificar qualquer ato de força ou qualquer manipulação retórica (Grimald, 2006).

Por outro lado, é preciso ressaltar que Sócrates não desenvolve, ele próprio, um sistema filosófico sistemático. Muito do que se atribui a ele chega-nos por meio das obras de Platão e Xenofonte, entre outros. Nesse sentido, a filosofia socrática não pode ser vista como um conjunto de teses prontas, mas como uma praxis interrogativa, cujo método central é a maiêutica ou arte de “dar à luz as ideias” (Plató, 2022). Ao questionar ininterruptamente o interlocutor, Sócrates estimula uma desconstrução das certezas aparentes, possibilitando que phýsis e psychê sejam reconhecidas em sua verdadeira natureza, livres de distorções impostas pelas convenções sociais ou pela vaidade intelectual (Duhot, 2004). Logo, a variação ontológica não ocorre apenas no plano conceitual, mas também no plano metodológico: o próprio estilo de filosofar se reconfigura, convidando a polis a uma atenção renovada sobre a essência das coisas e de si mesmas.

Esse reordenamento conceitual não se dá sem tensões. De acordo com Gazzola (1999), a ênfase socrática na alma e no autocuidado colidia com determinadas elites atenienses, que se aferravam a um modelo de política centrado em conquistas e retórica. A execução de Sócrates, por injunção do tribunal ateniense, espelha o grau de desconforto que sua prática filosófica causava às estruturas de poder. Do mesmo modo, a crítica às doutrinas sofísticas, que compreendiam a phýsis como algo manipulado a serviço dos mais fortes, não deixou de suscitar reações hostis. De certo modo, a variação ontológica da phýsis e da psychê acarretava uma variação política: na medida em que questionava os paradigmas estabelecidos, Sócrates convidava a pólis a repensar seu fundamento ético, rejeitando a dicotomia simplória que separa natureza de convenção e que legitima a vontade do mais forte como lei suprema (Plató, 2011).

No que concerne à genealogia do conceito de psychê, Bernabé (2022) sustenta que a apropriação socrática de elementos órficos e pitagóricos sugere uma alma não apenas imortal, mas vocacionada à busca da sabedoria. A novidade está em como esse propósito se concretiza: não por meio de rituais puramente místicos ou ascéticos, mas por intermédio do diálogo racional e da prática do autoconhecimento. Maniglier (2013) reforça que tal mudança é catastrófica na medida em que rompe com um entendimento meramente religioso da alma, promovendo-a à condição de sujeito moral e epistêmico no centro da vida filosófica. Esse processo não exclui o mythos, mas o reinsere num novo horizonte, onde mito e razão (logos) trabalham juntos na edificação de uma visão de mundo mais profunda (Schüler, 1998).

A ponte estabelecida por Sócrates entre *phýsis* e *psychê* também implica uma revalorização do *mythos*, não enquanto fabulação ingênua, mas enquanto recurso pedagógico e moral. Essa abordagem, observada nos diálogos como Fédon (Platão, 1988), revela uma estratégia de ensino em que a narração mítica amplia a imaginação moral do interlocutor, preparando-o para aceitar a possibilidade de uma alma imortal e de uma justiça que transcende a convenção social. Nessa linha, Sócrates não rejeita mitos como puros resíduos arcaicos, mas os submete a análise e depuração por meio da maiêutica, de modo a extrair valores que inspiram a busca pelo bem. Em contrapartida, se um mito for contraditório ou antiético, deve ser criticado, pois a prioridade permanece na coesão entre phýsis e psychê, entre verdade e ética (Grimald, 2006).

A metodologia deste artigo, conforme indicado, inspira-se na concepção de ontologia dinâmica, considerando que os conceitos-chave – phýsis e psychê – atravessam transformações radicais na época socrática. Examinar tais transformações é crucial para entender como se articula a ética socrática: ao colocar a alma no centro da atividade filosófica, Sócrates desloca o interesse de meras especulações cosmológicas para uma forma de vida que se orienta pela virtude e pelo conhecimento de si (Hadot, 2014). Nesse sentido, a noção de cuidado de si, ou epiméleia heautoû, não pode ser compreendida sem a referência à phýsis como fonte de ordem e, concomitantemente, desafio de investigação racional. Em outros termos, não se cuida da alma sem compreender a harmonia do cosmos, e não se entende a natureza sem refletir sobre a condição humana. Essa interdependência transforma o agir político e social, pois a pólis pressupõe cidadãos cujo compromisso ético deriva do conhecimento de si e do mundo, evitando a manipulação retórica que dilacera a coesão coletiva (Foucault, 2010).

Hadot (2014) complementa a tese de que o ideal socrático de cuidado de si se expressa em práticas concretas, como o diálogo, a meditação, a contemplação da morte e a assunção de uma postura de humildade intelectual que se sintetiza no “só sei que nada sei”. Tais exercícios espirituais recriam a psychê para ajustá-la a

uma phýsis compreendida como ordem racional, ainda que permeada de mistério. Se, por um lado, Duhot (2004) ressalta o aspecto do “despertar da consciência” que define a missão socrática, por outro, Foucault (2010) sublinha o aspecto político de desafiar as estruturas discursivas da pólis, exigindo a retidão da alma e a verdade do discurso. Assim, a psicê não é algo separado do mundo social, mas se molda e se expande na interação com o outro, postulando que a virtude não é um atributo meramente individual, mas uma potência coletiva que organiza o bem comum.

Convém salientar, também, que a mudança de perspectiva ontológica na filosofia socrática não se dá de forma isolada, mas dialoga com tendências anteriores e posteriores. A tradição órfica já havia proposto uma valorização soteriológica da alma, e o pitagorismo aproximava a música e a matemática como chaves de harmonia cósmica (Bernabé, 2022). Sócrates retoma e reformula esses elementos, criando uma síntese peculiar que alude ao *mythos* mas não se prende a ele de modo literal. Posteriormente, Platão e a escola platônica elaboram ainda mais essa herança, refinando a distinção entre o mundo sensível e o inteligível. No entanto, as sementes estão em Sócrates, que questiona a autossuficiência de uma visão meramente material de phýsis e assinala a primazia de uma psicê cujo desenvolvimento moral e cognitivo requer exercícios constantes. Esse legado, portanto, é multifforme, influenciando até correntes estoicas e cínicas, que assumem as ideias de autodomínio e coerência entre viver e pensar (Gazolla, 1999).

Deve-se notar, ainda, a ressonância contemporânea de tais temas. Pesquisas em filosofia antiga, história das religiões e antropologia das cosmologias mostram que a maneira como se concebe a “natureza” e a “alma” afeta diretamente a forma pela qual uma cultura organiza seu sistema político, suas instituições educacionais e suas práticas espirituais. O debate atual sobre a crise ambiental e a busca de novas éticas planetárias, por exemplo, pode se inspirar na leitura socrática da phýsis como algo que inclui dimensões éticas, questionando a separação moderna entre sujeito e objeto (Sallis, 2016). Ao mesmo tempo, a preocupação socrática com a alma antecipa questões sobre subjetividade e cuidado de si que Foucault (2010) trouxe à tona, enfatizando a dimensão política do autoconhecimento e a resistência às imposições de poder. Nesse sentido, não se trata de mera curiosidade histórica, mas de reconhecer que a variação ontológica promovida por Sócrates ainda ecoa nos debates filosóficos presentes, convidando a revisitar a herança grega sem os pressupostos dicotômicos que marcaram a modernidade.

Assim, ao se debruçar sobre as variações ontológicas da phýsis e da psychê em Sócrates, não apenas mapeamos uma mudança conceitual na Grécia do século V a.C., mas também identificamos linhas de força que continuam a inspirar reflexões filosóficas. A natureza, entendida como princípio dinâmico e ético, convida a uma visão do cosmos integrada à vida moral e comunitária. A alma, por sua vez, emerge como eixo do exercício filosófico, não um mero objeto de especulação metafísica, mas a fonte de toda transformação ética e espiritual. É nessa confluência que se revela a originalidade socrática, destinada a influenciar Platão e toda a sucessão de filósofos antigos e medievais, reverberando ainda hoje nas tentativas de compreender a relação entre o mundo natural e a interioridade humana (Hadot, 2014).

Em suma, a introdução deste artigo busca, portanto, contextualizar a questão das variações ontológicas de phýsis e psychê na filosofia socrática, sublinhando a atualidade de sua problemática e a pertinência de uma abordagem interdisciplinar. Ao reinterpretar a natureza como algo vinculado à ética e a alma como núcleo de um cuidado de si que afeta a pólis, Sócrates delinea um horizonte conceitual em que a filosofia não se restringe a uma atividade intelectual, mas se traduz em um modo de vida comprometido com a verdade, a virtude e o bem comum. Nas seções que se seguem, trataremos de detalhar como esse deslocamento conceitual se evidencia nos diálogos platônicos, bem como suas implicações para a tradição ocidental, relacionando-as às correntes modernas de interpretação, a exemplo de Foucault (2010) e Hadot (2014), que revalorizam a ideia de prática filosófica como exercício de transformação. Essa perspectiva, como veremos, não se esgota nos limites do pensamento antigo, pois continua a instigar debates sobre a natureza do humano, a legitimidade da ação política e a possibilidade de uma ética universal fundamentada na investigação racional e na comunhão com o cosmos.

II. Metodologia

A proposta metodológica deste estudo busca investigar as variações ontológicas dos conceitos de phýsis (φύσις) e psychê (ψυχή) na filosofia socrática por meio de uma abordagem histórico-interpretativa, ancorada em fontes primárias e revisões bibliográficas de caráter interdisciplinar. Como ponto de partida, o interesse por essa temática orienta-se pela compreensão de que, em Sócrates, a transição entre natureza e alma se insere em um processo de reformulações conceituais cujo impacto se estende para além do período clássico, reverberando em leituras contemporâneas da tradição grega (Bernabé, 2022). Para delinear os procedimentos investigativos, faz-se necessária a explicitação de etapas que incluam a análise textual dos diálogos platônicos que contêm passagens ligadas à relação phýsis-psychê, o exame contextual histórico de Atenas no século V a.C. e a interlocução com interpretações modernas e contemporâneas, particularmente de estudiosos como Maniglier (2013), Duhot (2004) e Hadot (2014), que discutem o caráter transformador da filosofia socrática.

Escopo e Delimitação do Objeto

Esta pesquisa se delimita a partir do corpus platônico que retrata a figura de Sócrates, bem como de alguns testemunhos de outros autores, como Xenofonte e Aristóteles, que fornecem indícios sobre o pensamento socrático. O recorte se justifica na medida em que essas fontes constituem o principal registro da vida e das ideias de Sócrates, não tendo este deixado escritos próprios (Duhot, 2004). Nesse sentido, a escolha recai sobre diálogos em que os conceitos de *phýsis* e *psychê* emergem com mais nitidez, como o *Górgias* (Platão, 2011), o *Fédon* (Platão, 1988) e o *Alcibíades I* (Platão, 2022). Além disso, assume-se a lacuna existente em termos de sistemas formais: Sócrates é retratado como um mestre do diálogo e não como um autor de tratados; portanto, a reconstrução de seu pensamento exige cautela filológica e hermenêutica (Bernabé, 2022). Ao adotar esse escopo, evita-se o risco de projetar na figura de Sócrates doutrinas posteriores, clarificando-se a autonomia de seu método interrogativo.

Fundamentação Teórica e Abordagem Hermenêutica

A fim de compreender as “variações ontológicas” de *phýsis* e *psychê*, recorre-se à concepção de ontologia defendida por Maniglier (2013), para quem os conceitos não se desenvolvem de maneira linear, mas por deslocamentos e rupturas catastróficas. Essa interpretação permite ver o pensamento socrático não apenas como um simples ajuste de ideias pré-existentes, mas como uma reconfiguração que altera o estatuto ontológico de natureza e alma. Em paralelo, adota-se a perspectiva de Sallis (2016), que critica os equívocos de tradução da palavra grega *phýsis* para o latim “*natura*”, argumentando que tal mudança semântica condicionou toda a tradição ocidental a uma interpretação estática da natureza. Ao se retomar a significação original do termo, torna-se viável entender como Sócrates, mesmo diante de influências pré-socráticas, realiza algo novo ao associar a natureza a uma ordem moral inteligível, e não meramente física. No que concerne à *psychê*, segue-se a linha de Bernabé (2022) e Duhot (2004), que situam Sócrates na confluência de tradições órfico-pitagóricas e inovam ao sublinhar o papel da autorreflexão e do cuidado de si. Essa metodologia hermenêutica, baseada na leitura sistemática das fontes e no cotejo com comentaristas antigos e modernos, aproxima-se também da abordagem foucaultiana, que entende o cuidado da alma como prática política (Foucault, 2010).

Procedimentos de Coleta e Análise Documental

Para concretizar os objetivos de pesquisa, empreende-se uma análise documental dos diálogos de Platão que contêm referências diretas ou indiretas ao estatuto de *phýsis* e *psychê*. Nesse sentido, a etapa inicial consistiu em ler na íntegra obras como *Górgias*, *Alcibíades I* e *Fédon*, anotando passagens onde Sócrates problematiza a relação entre natureza, lei e alma (Platão, 2022, 2011, 1988). O método de leitura seguiu princípios de crítica textual, considerando as várias edições e traduções disponíveis, com ênfase nas edições críticas de referência. Para evitar anacronismos, foram analisadas também as discrepâncias entre as traduções, buscando verificar se determinadas escolhas tradutórias poderiam impactar a compreensão dos termos gregos fundamentais (Sallis, 2016). A partir dessas anotações, criaram-se categorias de análise, como “*natureza como princípio ativo*”, “*natureza como ordem moral*”, “*alma como princípio vital*” e “*alma como centro ético*”. Cada categoria recebeu subdivisões conforme os aspectos emergiram nos textos, permitindo correlacionar as abordagens de cada diálogo. Ao final, elaborou-se um quadro-síntese que relacionava, por exemplo, as menções de Sócrates à harmonia cósmica com suas afirmações sobre a virtude (*arete*) e a temperança (*sophrosyne*). Esse quadro forneceu os insumos para confrontar os comentários de autores como Hadot (2014), Foucault (2010) e Gazolla (1999), que enfatizam a dimensão prática do exame de si e a relevância do diálogo para a formação ético-política.

Exame Histórico e Contextual

A segunda etapa metodológica ocupou-se do contexto histórico da Atenas do século V a.C., levando em conta a crise da democracia ateniense, a influência dos sofistas e o peso da Guerra do Peloponeso. Essa contextualização histórica é fundamental para perceber por que a reconfiguração da *phýsis* e da *psychê* por Sócrates não se limita a especulações metafísicas, mas tem implicações diretas na esfera política (Duhot, 2004). Assim, consultaram-se também fontes históricas como Tucídides e alguns fragmentos de historiadores e retóricos contemporâneos, bem como estudos de comentaristas modernos que exploram a situação social e política de Atenas nesse período (Grimald, 2006). A intenção foi compreender como a retórica profissional (praticada por sofistas e oradores) tensionava a relação entre natureza e convenção (*nomos*), levando Sócrates a propor que a verdadeira compreensão da natureza deve orientar, de modo ético, a comunidade política. Nessa perspectiva, o método histórico-interpretativo complementa a leitura textual dos diálogos, localizando as polêmicas concretas que suscitaram a resposta socrática.

Entrevistas e Grupo Focal (Abordagem Exploratória)

Mesmo sendo uma pesquisa predominantemente teórica, optou-se por conduzir entrevistas com estudiosos de filosofia antiga, envolvendo acadêmicos e pesquisadores de centros especializados em estudos

clássicos. Inspirado na prática da história oral e na técnica de grupo focal adaptada para o contexto filosófico (Hadot, 2014), esse procedimento objetivou recolher impressões contemporâneas sobre a relevância de reexaminar *phýsis* e *psychê* em Sócrates. Embora não constituam fontes primárias, os depoimentos de pesquisadores atuaram como balizas para avaliar a pertinência das interpretações aqui propostas, indicando eventuais lacunas ou potencialidades. Nessa fase, recorreu-se a questionários semiestruturados, abordando temas como: “Como se manifesta, em sua leitura, o deslocamento do conceito de natureza em Sócrates?” e “De que forma a noção de *psychê* socrática difere das tradições órficas ou pitagóricas?”. Foi possível, com isso, triangular as impressões geradas pela análise textual com a percepção de especialistas que, embora não sejam testemunhas do período antigo, produzem reflexões críticas amparadas em estudos filológicos ou históricos recentes. Cita-se aqui que a técnica do grupo focal se manteve no campo exploratório, sem pretensão de generalização estatística, mas reforçando o diálogo hermenêutico com a comunidade acadêmica (Maniglier, 2013).

Estratégias de Triangulação e Validação

Para assegurar a confiabilidade das interpretações, adotaram-se métodos de triangulação de dados, seguindo a lógica de Yin (2017) e Flick (2018). Primeiramente, a triangulação bibliográfica: cada afirmação acerca da reformulação de *phýsis* e *psychê* foi confrontada com estudos de autores diferentes, como Sallis (2016), Naddaf (2005) e Foucault (2010), buscando convergências ou divergências interpretativas. Em segundo lugar, a triangulação documental: as passagens específicas dos diálogos de Platão foram cotejadas com comentários antigos (por exemplo, alguns trechos de Aristóteles que abordam a figura de Sócrates) e com registros secundários (Xenofonte). Em terceiro, a triangulação teórica, testando se as proposições derivadas da análise textual sustentam-se ao dialogar com autores contemporâneos que discutem a ética e a espiritualidade na filosofia antiga, como Bernabé (2022), Grimald (2006) e Gazolla (1999). Quando surgiam contradições importantes, retornava-se às fontes primárias para reavaliar a coerência interpretativa e verificar se não havia distorção de contexto. Esse processo constante de checagem reforça a qualidade da metodologia, evitando leituras parciais ou anacrônicas dos textos socráticos.

Leitura Interdisciplinar: Filologia, Filosofia, Política

A estrutura metodológica também se beneficiou de uma lente interdisciplinar que uniu filologia, história da filosofia e teoria política. A abordagem filológica se mostra indispensável para destrinchar o vocabulário grego e evitar equívocos de tradução, especialmente em termos tão polissêmicos quanto *phýsis* e *psychê* (Sallis, 2016). A perspectiva filosófica investiga os argumentos e a coerência interna do discurso socrático, bem como sua relação com as teorias anteriores e posteriores. Já a dimensão política, inspirada em Foucault (2010) e Duhot (2004), situa o discurso socrático no contexto histórico da democracia ateniense, evidenciando que a reformulação ontológica não é neutra, mas tem implicações nas disputas de poder e nas práticas cidadãs. Ao articular essas três dimensões, a pesquisa pretende evitar leituras reducionistas que, por exemplo, privilegiem unicamente a filologia em detrimento do caráter político do pensamento socrático, ou que superestimem a análise política sem atentar à precisão conceitual grega. Nesse sentido, a cada passo do processo metodológico, buscou-se manter uma sintonia fina entre os âmbitos textual, teórico e contextual, enfatizando a complexidade própria das variações ontológicas.

Aplicando o Conceito de “Variações Catastróficas”

Um dos diferenciais desta investigação é o emprego do conceito de “variações catastróficas” de Maniglier (2013) para interpretar as mudanças no estatuto de *phýsis* e *psychê*. Em termos metodológicos, isso envolve identificar momentos em que Sócrates não apenas amplia ou ajusta um conceito herdado, mas efetivamente o transporta para outro domínio de realidade, alterando sua função e significado. Para tanto, a pesquisa mapeou passagens onde as expressões *phýsis* ou *psychê* sofrem recontextualizações drásticas, por exemplo, quando Sócrates debate com sofistas sobre a lei natural (*nomos* vs. *phýsis*) ou quando discute a imortalidade da alma no Fédon (Platão, 1988). A análise comparativa de tais trechos evidenciou que a variação não consiste em simples nuance de tradução, mas em uma ruptura com cosmovisões anteriores. Uma vez identificadas as passagens-chave, procederam-se leituras minuciosas, procurando sinais de que a ontologia subjacente sofria uma inflexão, como no caso em que a alma deixa de ser mera sombra homérica para se tornar centro da ética e da verdade (Bernabé, 2022). Essa metodologia de “variações catastróficas” difere de abordagens que buscam linearidade no desenvolvimento conceitual, permitindo enxergar a radicalidade da inovação socrática.

Interpretação de Diálogos Específicos e Construção de Quadros Conceituais

Cada diálogo analisado – Górgias, Fédon, Alcibíades I – foi submetido a um duplo escrutínio. Primeiro, realizou-se uma leitura sequencial para apreender a progressão dos argumentos e a função dos mitos ou exemplos utilizados (Schüler, 1998). Em seguida, elaborou-se uma leitura focalizada nas passagens que discutem a natureza (*phýsis*) e a alma (*psychê*), destacando vocabulários específicos (hadot, 2014). Durante essa segunda leitura, a pesquisa identificou metáforas e analogias que Sócrates utiliza para explicar a interação entre alma e ordem

cósmica, o que incluiu figuras como a do corpo como prisão e a alma como prisioneiro almejando libertação no Fédon, ou a comparação entre o orador sofista e o médico, no Górgias, ilustrando a necessidade de “cuidar” do corpo e da alma a partir de regras universais (Platão, 2011). Reunindo esses elementos, construiu-se uma matriz que relaciona cada metáfora e analogia com a noção de variação ontológica, identificando se há mudança na compreensão do que seja natureza ou daquilo que se considera alma. A partir dessa matriz, foi possível traçar “linhas de força” que mostram como, ao longo do corpus, Sócrates mantém certa coerência na ideia de examinar a alma, mas desloca o peso ontológico de uma concepção cosmológica prévia para uma ética do cuidado de si (Foucault, 2010).

Critérios de Confiabilidade e Limitações

O caráter interpretativo deste estudo convida a uma reflexão sobre os critérios de confiabilidade. Em primeiro lugar, reconhece-se a inevitável dependência das fontes primárias, produzidas sobretudo por Platão, e da escassez de dados diretos de autoria socrática. Isso obriga a ter cautela ao atribuir certas posições a Sócrates, distinção muitas vezes delicada entre o “Sócrates platônico” e o “Sócrates histórico” (Grimald, 2006). Em segundo lugar, a diversidade de traduções e edições dos diálogos sugere que divergências terminológicas podem afetar a interpretação de passagens-chave (Sallis, 2016). O procedimento metodológico adotou a checagem cruzada de diferentes traduções e comentários, na tentativa de minimizar problemas de ambiguidade. Em terceiro lugar, cabe salientar que a adoção de um arcabouço teórico (Maniglier, 2013) para se falar em “variações catastróficas” é um recorte possível, mas não exaure outras leituras. Assim, a pesquisa não reivindica a exclusividade da explicação ontológica, mas sim a utilidade desse modelo para iluminar a natureza radical das mudanças conceituais sobre phýsis e psychê. Por fim, as entrevistas e grupo focal constituíram um reforço exploratório, mas não obedeceram a critérios estatísticos de amostragem; por isso, não se assume generalização rigorosa a respeito da recepção contemporânea de Sócrates, embora se destaque o valor heurístico desses diálogos com especialistas (Hadot, 2014).

Ética e Salvaguarda de Dados

Mesmo tratando-se de um estudo essencialmente teórico, o procedimento de entrevistas com pesquisadores implicou a elaboração de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual se assegurou a voluntariedade e o anonimato dos participantes. Em conformidade com os princípios éticos e as recomendações de Guba & Lincoln (1989), todos foram informados acerca dos objetivos do estudo, da forma de uso dos depoimentos e da possibilidade de retirada a qualquer momento. Os registros das entrevistas foram armazenados em ambiente seguro, com acesso restrito. No tocante à análise documental dos textos clássicos, não se apresentou problema ético significativo, por se tratar de obras em domínio público e edições amplamente disponíveis em bibliotecas acadêmicas (Foucault, 2010).

Organização e Apresentação dos Resultados

Por fim, a metodologia prevê a apresentação dos resultados em seções que abordam, separadamente, as reconfigurações de phýsis e psychê. Na primeira parte, discute-se como Sócrates critica a dissociação entre natureza e lei (nomos) e redimensiona o sentido de phýsis em debates com sofistas (Gazolla, 1999). Na segunda, detalha-se o conceito de psychê enquanto centro da existência moral, investigando as influências órfico-pitagóricas (Bernabé, 2022) e como Platão atribui a Sócrates a noção de cuidado de si (Hadot, 2014). Em seguida, explora-se a síntese desses fatores na forma de “variações ontológicas” que apontam para a constituição de uma ética socrática calcada na harmonia entre alma e cosmos. Cada uma dessas partes será correlacionada às reflexões teóricas de autores modernos que, como Foucault (2010), veem na prática socrática um modelo de parrhesia e resistência política, e Maniglier (2013), que enfatiza as mudanças radicais de regime de existência conceitual. A discussão final, então, se volta para as implicações contemporâneas: a leitura de Sallis (2016) sobre as traduções de phýsis, o aporte de Duhot (2004) sobre o despertar da consciência, e a teoria de Hadot (2014) a respeito dos exercícios espirituais. Tal estrutura, delineada já a partir de um panorama crítico das fontes e do contexto histórico, pretende oferecer uma visão coerente e fundamentada das transformações concepcionais em Sócrates, evitando recair em anacronismos que simplificariam o alcance de sua filosofia (Bernabé, 2022).

Com isso, a presente seção metodológica justifica e descreve o percurso investigativo, reafirmando a combinação de análise textual, contextualização histórica e interlocução teórica que norteia a pesquisa. A interpretação hermenêutica adotada se serve de procedimentos de triangulação e validação para sustentar a tese de que, na filosofia socrática, phýsis e psychê sofrem um deslocamento conceitual de natureza catastrófica (Maniglier, 2013), ao redefinir a perspectiva comum acerca do lugar da alma no universo e da natureza enquanto fundamento ético. Espera-se que esse referencial metodológico ofereça solidez e transparência às conclusões do estudo, assegurando que as afirmações sobre o pensamento socrático não sejam meramente especulativas, mas lastreadas em critérios filológicos, históricos e teóricos. Desse modo, ao dar prosseguimento às análises, será

possível evidenciar como a variedade ontológica de phýsis e psychê inaugura uma prática de filosofia em que o exame de si, a convivência na pólis e a contemplação do cosmos constituem uma unidade indissociável.

III. Resultado

1. Mapeamento Inicial das Variações Ontológicas

A análise textual dos diálogos de Platão, especialmente Górgias (PLATÃO, 2011), Fédon (PLATÃO, 1988) e Alcebiades I (PLATÃO, 2022), permitiu identificar, em um primeiro momento, como os conceitos de phýsis (φύσις) e psychê (ψυχή) emergem e se reconfiguram ao longo dos debates socráticos. A partir do método histórico-interpretativo descrito na seção de metodologia, e com fundamento na leitura contextual proposta por Duhot (2004), constatou-se que Sócrates não herda passivamente a definição de phýsis dos pré-socráticos, mas a reinterpreta para enfatizar um caráter ético e relacional. Paralelamente, a psychê se afasta da concepção homérica de “sombra” ou “princípio vital indistinto” e assume o papel de núcleo identitário do ser humano, função salientada em especial no Alcebiades I (PLATÃO, 2022). Nesse deslocamento, desenham-se as linhas iniciais de uma variação ontológica, no sentido defendido por Maniglier (2013), em que a passagem de um status conceitual a outro evidencia uma ruptura radical. Enquanto a tradição sofística tratava a phýsis como um campo de leis naturais aproveitáveis para a retórica persuasiva, Sócrates a apresenta como algo dotado de uma ordem universal que deve orientar a alma em sua busca pela virtude, posicionando assim a natureza como parâmetro moral, e não mera instância física.

2. Confronto com as Leis da Pólis e o Papel do Discurso

O confronto socrático com retóricos como Cálicles e Polos, retratado no Górgias, ilustra a tensão entre a phýsis idealizada pelos sofistas — que supostamente legitima a lei do mais forte — e a perspectiva de Sócrates, que insiste na necessidade de “cuidar” da alma em sintonia com uma justiça que transcende a mera convenção (PLATÃO, 2011). Gazolla (1999) ressalta que essa abordagem revela o intuito de Sócrates de reaproximar o âmbito moral do âmbito natural, sugerindo que a alma encontra na ordem do cosmos um modelo para a virtude. Esse achado reforça a hipótese de que a phýsis não é simplesmente uma substância passiva ou um conjunto de fenômenos destituído de valor moral; ela carrega uma dimensão normativa, pois ao conhecê-la, a alma se alinha com leis universais, opostas à instrumentalização retórica. Assim, o “deslocamento catastrófico” descrito por Maniglier (2013) se faz sentir de forma contundente: a natureza deixa de ser terreno neutro e se torna fundamento ético, ao mesmo tempo em que a psychê abandona sua feição de princípio vital indefinido e assume a responsabilidade política de se orientar pela verdade, não pela força.

3. Expansão do Conceito de Psychê além do Vitalismo Homérico

A leitura comparada de passagens do Fédon (PLATÃO, 1988) e de algumas referências órficas discutidas por Bernabé (2022) mostrou que, embora haja paralelos entre a noção socrática de alma e as ideias órfico-pitagóricas, Sócrates insere uma inflexão própria ao privilegiar o processo dialógico e o exame crítico como condição para a purificação da psychê. Segundo Bernabé (2022), o pitagorismo preconizava a ascese e o silêncio ritual como meios de purificação; Sócrates, por sua vez, enfatiza a maiêutica, isto é, o diálogo que desvela a ignorância e conduz à sabedoria. Essa diferença revela que, em lugar de meros rituais ou crenças sobre transmigração da alma, a construção do eu passa pelo exercício racional e pela confissão de ignorância — algo que Foucault (2010) interpretou como prática de resistência política, pois contraria a superficialidade dos discursos públicos. Duhot (2004) corrobora essa conclusão ao sublinhar que a psychê socrática implica uma consciência desperta, forjada pela tensão entre o autoconhecimento e o escrutínio das normas vigentes, evidenciando que a alma não é apenas um “ente” isolado, mas ganha sentido pleno quando engajada em examinar os valores da pólis.

4. Sinais de uma Ontologia Dinâmica de Phýsis

Nos diálogos iniciais, como no Alcebiades I (PLATÃO, 2022), a phýsis aparece ainda de modo difuso, mas progressivamente, sobretudo no Górgias e no Fédon, se consolida como um princípio ativo que estende sua influência à dimensão moral. Sallis (2016) argumenta que a perda do sentido dinâmico de phýsis, quando traduzida em latim como “natura”, levou a uma concepção mais estática e mecânica de “natureza” na tradição ocidental posterior. Ao retornar ao grego original, percebe-se que Sócrates insiste numa phýsis interligada à reta conduta, pois só ao compreender a harmonia do cosmos é possível posicionar corretamente a alma (Naddaf, 2005). Esses achados surgiram da análise detalhada de trechos do Fédon, em que Sócrates se vale de mitos e argumentos racionais para apresentar a imortalidade da alma, conectando-a a uma ordem universal que legitima a virtude e a busca da verdade (PLATÃO, 1988). Ao integrar mitos e argumentos, Sócrates não descarta a razão em prol do fabular, mas reintroduz o mythos como instrumento pedagógico para evocar a totalidade do real. Isso reforça a noção de variação ontológica: a natureza não é apartada do discurso moral, mas integra um horizonte que abrange o físico, o metafísico e o ético, cada nível se alimentando mutuamente.

5. A Crítica Socrática ao Divórcio entre Phýsis e Nomos

Uma das constatações mais relevantes do estudo diz respeito à crítica socrática à separação entre phýsis e nomos. Conforme Gazzola (1999), os sofistas frequentemente utilizavam essa dicotomia para relativizar a justiça, argumentando que as leis (nomos) eram convenções sociais e não derivavam necessariamente de uma ordem natural (phýsis). Sócrates, ao questionar essa cisão, sugere que a legislação correta deveria refletir, ou pelo menos não contradizer, a estrutura fundamental da realidade, uma posição radical para a época, em que a pólis se baseava em leis elaboradas pelo consenso ou pela imposição dos poderosos. Tal concepção encontra eco na leitura de Foucault (2010), que enxerga em Sócrates o germe de uma “política da verdade”, na qual o discurso público deve se ancorar em princípios universais para não degenerar na manipulação retórica. Assim, fica evidente que a reaproximação entre natureza e lei, longe de ser uma mera tese cosmológica, assume implicações políticas e éticas amplas — algo que o método de análise adotado pôde realçar, ao correlacionar referências internas dos diálogos com o contexto social da época.

6. Releituras Contemporâneas: Interlocação com a Herança Orfista

A presença de elementos órficos na concepção de psychê socrática foi confirmada pela comparação de passagens do Fédon (PLATÃO, 1988) e do Górgias (PLATÃO, 2011) com estudos de Bernabé (2022), que evidenciam a valorização da alma como algo transcendente, capaz de sobreviver à morte e aspirar a uma purificação. Contudo, a pesquisa mostra que Sócrates não se contenta em subscrever dogmas religiosos: ele submete a crença na imortalidade da alma a um escrutínio dialógico, convidando interlocutores a encontrar justificativa racional para tal noção (Maniglier, 2013). Nessa seara, Hadot (2014) e Duhot (2004) ressaltam que a prática socrática desdobra esses elementos em exercícios espirituais como a confissão da própria ignorância e o diálogo constante, substituindo liturgias formais por uma iniciação filosófica que requer transformação pessoal. Tais evidências sustentam a ideia de que a psychê socrática difere das concepções órficas ou pitagóricas tradicionais ao deslocar o foco de ritos externos para o autoconhecimento via discussão racional. Esse deslocamento se qualifica como “variação ontológica” na medida em que a alma sai do âmbito místico e adentra o território da práxis filosófica, reformulando a maneira como se concebe a identidade e a salvação ou aperfeiçoamento do indivíduo.

7. Entre Mythos e Logos: O Uso Filosófico dos Mitos

Com base na leitura de Schuler (1998) e Grimald (2006), a pesquisa aferiu que, em vários diálogos, Sócrates recorre intencionalmente a relatos míticos para ilustrar ideias sobre a condição da psychê. Em vez de reduzir o mythos a pura fantasia, ele o coloca em cooperação com o logos, aproveitando a força simbólica dessas narrativas para mediar conteúdos difíceis de transmitir pela explicação estritamente racional. Um exemplo emerge no Fédon, quando Sócrates descreve o submundo e o destino das almas após a morte. Como argumenta Grimald (2006), tal descrição não é mero adorno, mas um recurso para “encantar” o interlocutor com a possibilidade de uma ordem moral profunda regendo o cosmos. Maniglier (2013) interpretaria esse uso do mito como uma forma de variação catastrófica, pois subverte a separação entre discurso mítico e filosófico, realinhando-os num nível em que se articula a ontologia da alma com a experiência concreta do filósofo na pólis. A presente pesquisa confirma essa operação, demonstrando que a síntese entre mythos e logos executada por Sócrates reconfigura o imaginário ateniense, introduzindo um componente ético direto no próprio coração do mito.

8. Os Limites do Discurso Retórico e a Ética da Verdade

Uma das descobertas marcantes do estudo é a ênfase na crítica socrática à retórica vazia de substância moral, exemplificada nos debates com Górgias e Cálicles (PLATÃO, 2011). Nesses diálogos, Sócrates argumenta que se a alma não está orientada pela verdade, qualquer discurso, mesmo o mais persuasivo, torna-se instrumento de poder, distanciando-se da estrutura da phýsis e do bem da psychê. Foucault (2010) vê nisso um elo entre o cuidado de si e a parrhesia, pois, ao denunciar as manipulações retóricas, Sócrates encarna o ideal do falar verdadeiro que não teme os riscos políticos. Essa postura de resistência conecta a noção de alma à independência pessoal e cívica: uma psychê subjugada por aparências se afasta da natureza entendida como ordem universal. A pesquisa, ao comparar essa perspectiva com depoimentos de estudiosos entrevistados, notou que muitos reconhecem a atualidade dessa crítica, pois a separação entre retórica e substância moral persiste em contextos políticos atuais. Assim, o estudo reforça que a variação ontológica de phýsis e psychê, ao vincular a natureza e a alma a uma verdade objetiva, fornece instrumentos teóricos contra a banalização do discurso público.

9. Phýsis como Campo de Exercício Moral

Uma constatação central da pesquisa foi que, segundo Sócrates, a natureza não se limita a fornecer exemplos estéticos ou metáforas de harmonia, mas funciona como cenário real de exercício moral. Em passagens do Górgias e do Alcebiades I, percebemos que o autoconhecimento (gnôthi sautón) pressupõe identificar qual o “lugar” do indivíduo no cosmos, ou seja, qual a sua função em relação ao todo (PLATÃO, 2011; 2022). Naddaf

(2005) observa que essa ideia se contrapõe à tendência sofística de explorar a phýsis para justificar o domínio do mais forte, invertendo-a em favor de um critério universal que valida a moderação e a justiça como expressões da ordem natural. A análise textual sugere que esse compromisso com a natureza como referência moral tem aspectos de “conversão”, pois requer não só o aprendizado de leis físicas, mas a introspecção que alinha a psychê à totalidade, algo que Hadot (2014) interpretou como parte dos “exercícios espirituais” da filosofia antiga. Dessa forma, a natureza se torna espaço de formação ética, superando a visão meramente teórica dos pré-socráticos que buscavam explicações naturalistas sem necessariamente implicar a conduta pessoal.

10. Reconfiguração da Psychê na Dialética do Cuidado de Si

Ao comparar diversos diálogos, a pesquisa detectou que, para Sócrates, a psychê não é apenas um receptáculo de faculdades, mas um agente que pode e deve se moldar conforme a verdade. Nesse aspecto, Foucault (2010) argumenta que a filosofia socrática introduz uma “dialética do cuidado de si”, em que o exame da alma se faz pela interação com os outros e pela autocrítica. A leitura do Fédon (PLATÃO, 1988) reforça esse achado ao apresentar a morte de Sócrates como ápice de uma vida dedicada ao desvendamento da alma, que não teme a dissolução do corpo porque está voltada para outro patamar de realidade. A presente pesquisa se deteve em como esse processo de conhecimento não se limita a uma crença religiosa de salvação, mas se apoia em argumentos racionais e práticas dialógicas (Duhot, 2004). O resultado é uma “psicologia ética”, na qual a alma precisa ser cuidada à semelhança de um jardim, exigindo práticas continuadas de autorreflexão e confronto dialógico. Grimald (2006) chega a sugerir um paralelo entre essa dimensão “xamânica” de Sócrates e tradições mais arcaicas, porém sempre mediados pelo exercício crítico próprio do logos.

11. A Integração entre Alma e Cosmos: Reflexos na Política

A pesquisa também apurou que a reconceitualização de phýsis e psychê não se restringe à esfera individual ou metafísica; ela incide diretamente no modo como Sócrates concebe a cidadania. Por meio do Alcibiades I (PLATÃO, 2022), constata-se que governar a pólis pressupõe governar a si mesmo, e esse autogoverno deriva de uma posição ontológica que reconhece a alma como centro de racionalidade e moralidade, em harmonia com a natureza. Gazolla (1999) observa que, nessa visão, o discurso político não deve guiar-se por conveniências imediatas, mas por um alinhamento com o “bem” que, para Sócrates, tem raízes num ordenamento cósmico. Assim, a pesquisa evidenciou que a variação ontológica de phýsis e psychê transfere para a política a responsabilidade de nutrir almas virtuosas, em vez de manipular paixões. Esse fato reforça a teoria de Foucault (2010) de que o cuidado de si, enquanto prática, reverbera no engajamento cívico, pois não há como separar o exercício da verdade interior da responsabilidade pública. Os achados realçam que o conceito de virtude (arete) adquire substância política ao apontar que a alma bem ordenada é condição prévia de uma pólis justa.

12. Comparação com Outras Escolas: Limites da Influência

No confronto com a tradição pré-socrática e com a escola pitagórica, o estudo demonstrou como Sócrates se diferencia ao incorporar elementos cosmológicos num quadro ético. Enquanto pensadores como Parmênides e Heráclito centraram-se na mutabilidade ou na permanência da natureza, deixando de lado implicações diretas para a educação da alma, Sócrates reposiciona o problema no eixo da autorreflexão (Naddaf, 2005). O mesmo ocorre com os pitagóricos: apesar de compartilharem a crença na transmigração da alma, eles tendem a insistir em rituais ascéticos e num misticismo numérico, ao passo que Sócrates prioriza o diálogo argumentativo (Bernabé, 2022). A análise dos resultados mostra que, nesse ponto, se percebe a marca singular do socratismo: ao invés de sacrificar a razão em prol de cerimônias, ele submete a psicê a uma disciplina dialógica que integra o mythos sem ceder ao irracional. Essa intersecção atesta a variação ontológica, na qual a alma não é nem puramente mística, nem puramente biológica, mas um “lugar” de transcendência mediada pela racionalidade. Nesse sentido, Schuler (1998) e Grimald (2006) ratificam que a fusão de mito e razão é um diferencial de Sócrates, sustentando sua duradoura influência.

13. A Clivagem entre o Sócrates Histórico e o Platônico

Ao longo da análise, emergiu uma questão metodológica: em que medida essas concepções de phýsis e psychê refletem o “Sócrates histórico” ou o “Sócrates platônico”? Grimald (2006) e Hadot (2014) concordam que a fronteira é difícil de traçar, pois Platão, ao retratar seu mestre, inevitavelmente introduz elementos de sua própria filosofia. Contudo, a pesquisa, ao cotejar as passagens mais consensuais, viu que a ênfase no exame da alma e na concepção moral da natureza já está presente em diálogos considerados “socráticos”, como o Alcibiades I. Foucault (2010) adere a essa linha ao defender que a “prática de si” não se esgota em Platão, mas remete a uma herança autêntica de Sócrates. O resultado, então, é a constatação de que, ainda que não possamos isolar perfeitamente o pensamento do mestre do de seu discípulo, há evidências substanciais de que o reposicionamento ontológico de phýsis e psychê já era algo característico da atuação filosófica de Sócrates, confirmado por testemunhas como Xenofonte.

14. Resultados sobre a Estrutura Dialógica e a Maiêutica

A relação entre forma e conteúdo também se mostrou decisiva nos resultados. O método dialógico empregado por Sócrates, a maiêutica, não é apenas uma técnica pedagógica, mas reflete a própria maneira pela qual a alma se relaciona com a verdade. Maniglier (2013) interpreta esse método como um sinal de variação ontológica, pois, se *phýsis* e *psychê* fossem entidades estáticas, um discurso expositivo bastaria. Entretanto, a maiêutica sugere que a verdade se revela no processo, e a natureza da alma só se torna clara no exercício interativo de perguntas e respostas. A pesquisa, ao analisar em detalhes passagens específicas do *Górgias* (PLATÃO, 2011), identificou que Sócrates nunca oferece conclusões finais, mas impõe ao interlocutor o fardo de refletir continuamente, reacendendo o debate sobre a plausibilidade de considerar a natureza como algo fixo ou em fluxo. Sallis (2016) reitera que essa postura semidesestruturada do diálogo impede que se congele o conceito de natureza em um conceito meramente mecânico, introduzindo um movimento perpétuo de redescoberta que atravessa a prática socrática.

15. A Dimensão Prática da Variação Ontológica

Outro resultado importante foi a demonstração de que a variação de *phýsis* e *psychê* não é apenas teórica, mas envolve uma prática cotidiana de autoconhecimento, autodomínio e participação cidadã. Duhot (2004) define Sócrates como o desperto da consciência, justamente por salientar que a alma deve ser educada não apenas nos momentos de debate filosófico formal, mas na vida diária, ao confrontar as próprias paixões, os prazeres desordenados e as pressões sociais. Nessa linha, a *phýsis* socrática não se limita ao campo físico: ela se traduz na capacidade da alma de harmonizar-se com a ordem cósmica, algo que se manifesta em ações concretas de virtude, como a busca da justiça e da temperança (Gazolla, 1999). Da leitura aprofundada dos diálogos, emerge a tese de que a “vida examinada” abrange desde as estratégias de controle de impulsos até a disposição para questionar as instituições da pólis, implicando, pois, uma incidência simultânea na esfera privada e na esfera pública.

16. Confronto com Sofistas: Natureza Instrumental vs. Natureza Normativa

Nos debates com sofistas, como Protágoras ou Cálicles, a questão da *phýsis* adquire um tom polêmico, pois esses oradores costumam invocar a “natureza” para legitimar a competição e a ideia de que o mais forte deve dominar (PLATÃO, 2011). A pesquisa demonstrou que Sócrates rebate essa posição ao afirmar que a verdadeira natureza não se reduz à lei do mais forte, mas implica uma harmonia interna, quase musical, onde a alma governa as paixões com sabedoria (Naddaf, 2005). Esse embate transparece como uma variação ontológica na medida em que desloca o significado de natureza de um simples critério de poder para um modelo de ordem moral (Maniglier, 2013). Observou-se que as entrevistas com alguns especialistas, embora não constituam prova definitiva, reforçam a relevância dessa transição para a compreensão do “ethos socrático” e sua influência posterior nas correntes filosóficas gregas.

17. Indícios de Ruptura Política e a Condenação de Sócrates

Um resultado complementar, mas expressivo, aponta para o fato de que a recusa de separar *phýsis* de lei e a insistência em vincular a alma à verdade universal tiveram consequências políticas para Sócrates, culminando em sua condenação e execução. Foucault (2010) destaca que a parrhesia socrática o colocava em choque direto com os costumes da época, nos quais os discursos sofisticos e a manipulação retórica eram tolerados e até encorajados como estratégia de poder. A leitura das fontes clássicas e dos historiadores, bem como a crítica textual nos diálogos, sustentam que essa discordância não era marginal, mas revelava uma diferença profunda de visão sobre a relação entre o cidadão e a pólis: para Sócrates, a alma conectada à ordem do cosmos não pode submeter-se passivamente a leis injustas ou discursos ilusórios (Duhot, 2004). Esse cenário confirma a pertinência de reconhecer as variações ontológicas como parte de um momento crítico na história de Atenas, quando a democracia se encontrava em crise.

18. Três Linhas de Força na Reconfiguração Conceitual

A partir do mapeamento dos dados, a presente pesquisa sintetizou três linhas de força na reconfiguração de *phýsis* e *psychê*: (1) a politização da alma, em que a *psychê* deixa de ser um princípio vital silencioso para se tornar sujeito do discurso verdadeiro e da resistência à manipulação (Foucault, 2010); (2) a moralização da natureza, visto que a *phýsis* se converte em critério normativo para a virtude e a justiça (Naddaf, 2005); (3) a revalorização do *mythos*, em que o recurso a narrativas míticas adquire uma função pedagógica e reflexiva (Schüler, 1998). Essas três diretrizes compõem o quadro de uma variação ontológica catastrófica (Maniglier, 2013), porque derrubam as fronteiras pré-estabelecidas entre racionalidade e mito, entre vida privada e vida pública, entre seres inanimados e seres dotados de alma. Assim, a pesquisa conclui que a filosofia socrática não apenas inaugura uma forma de pensar o humano, mas também redefine a articulação entre o sujeito, a natureza e o discurso político.

19. Repercussões na Tradição Posterior

A análise das correntes filosóficas posteriores, embora não seja o cerne deste trabalho, mostrou que a variação ontológica proposta por Sócrates ecoa de maneiras diversas em Platão, Aristóteles e, mais tarde, nos estoicos (Gazolla, 1999). Platão aprofunda a dicotomia entre mundo sensível e mundo inteligível, mas retém a ideia de que a psychê deve se alinhar ao que é eterno e imutável. Aristóteles, embora valorize o estudo da natureza (phýsis) por si mesma, não deixa de incorporar a noção de forma (eidos) e de enteléquia que, em alguma medida, guarda ecos da alma como princípio ordenador (Naddaf, 2005). Com o estoicismo, a união entre cosmos e razão reaparece sob o nome de logos universal, e a psychê se define pela participação ativa no todo (Hadot, 2014). Esse panorama confirma que a perspectiva socrática se mostra uma espécie de momento-fonte, marcando a transição entre a cosmologia pré-socrática e as éticas da Antiguidade tardia, todas reconhecendo, em graus distintos, a importância de reconciliar o sujeito com a totalidade do real.

20. Avaliação Geral dos Achados

Concluindo a análise dos resultados, percebe-se que a filosofia socrática exerce um impacto profundo ao reestruturar a compreensão de phýsis e psychê, estabelecendo uma interdependência que implica consequências políticas, éticas e epistemológicas. Em termos ontológicos, a natureza passa de um conceito externo e objetificável a um princípio ativo e dotado de conotações morais, enquanto a alma migra de um estatuto difuso ou místico para o centro da ação filosófica, exigindo cuidado e exame constante (PLATÃO, 1988, 2011, 2022). O método dialógico e a ênfase na verdade interior indicam uma alteração catastrófica (Maniglier, 2013) no regime de existência desses conceitos, pois agora eles sustentam a ideia de que a vida virtuosa só é possível quando a alma se harmoniza com o cosmos e a pólis. Esse movimento confere originalidade e longevidade ao socratismo, pois introduz no cerne da cultura grega uma visão que reconcilia o místico e o racional, o individual e o coletivo, a lei e a natureza. Com isso, as noções de phýsis e psychê adquirem configurações que transcendem o período clássico, tornando-se matrizes para abordagens posteriores e renovando-se em leituras contemporâneas, como a de Foucault (2010), Hadot (2014) e Bernabé (2022), que enfatizam o valor ético e político do cuidado de si. Tal revalorização confirma, pois, a relevância de investigar historicamente o deslocamento desses termos, reconhecendo que o legado socrático não se limita a um dogma filosófico, mas propõe uma maneira de viver que fundamenta a democracia, a responsabilidade pessoal e a espiritualidade do homem ocidental.

IV. Discussão

A investigação sobre as variações ontológicas dos conceitos de phýsis (φύσις) e psychê (ψυχή) na filosofia socrática, evidenciada pelos resultados obtidos em diálogo com diálogos platônicos e estudiosos contemporâneos, propicia uma reflexão ampla sobre como Sócrates reconfigura as tradições intelectuais de seu tempo. Ao posicionar a natureza (phýsis) e a alma (psychê) em uma relação dialógica que transcende as abordagens pré-socráticas e sofisticas, ele inaugura uma modalidade filosófica em que a busca da verdade se vincula diretamente ao cuidado de si e ao exame crítico das normas sociais (Foucault, 2010). Essa intersecção entre a postura ética, a compreensão da realidade e a formação política sugere que as mudanças conceituais não se resumem a meras inovações teóricas, mas impactam a prática de vida e a estrutura mesma da democracia ateniense.

1. O Caráter Polêmico e Transformador de Sócrates

A recepção histórica confirma que Sócrates, ao redefinir o estatuto da natureza e da alma, se tornou alvo de tensões políticas e culturais que culminaram em seu julgamento e execução (Duhot, 2004). A razão desse embate não estava apenas em suas críticas aos poderosos, mas na forma pela qual ele punha em xeque a dicotomia entre phýsis e nomos, questionando a legitimidade das leis e das convenções vigentes caso não se alinhassem a uma ordem moral objetiva (Gazolla, 1999). Segundo essa visão, a filosofia socrática operava como fator de desestabilização para a pólis, visto que, se a alma fosse o centro da busca pela verdade, e se essa verdade transcendesse as prescrições arbitrárias do grupo dominante, então a manipulação discursiva e a retórica vazia perdiam legitimidade. Nesse sentido, Foucault (2010) caracteriza Sócrates como um exemplo de parrhesia, pois sua franqueza em expor as inconsistências do discurso público contrariava as dinâmicas de poder que valorizavam a retórica eficaz acima da verdade.

Contudo, não se pode reduzir o embate socrático a uma contraposição direta e simples aos sofistas. Como mostram Schuler (1998) e Maniglier (2013), o processo de variação ontológica não implica apenas a recusa de determinadas ideias, mas a reorganização de todo o campo conceitual. Assim, se os sofistas enfatizavam a plasticidade do discurso e a convenção social, Sócrates propõe a necessidade de uma verdade alicerçada na natureza do cosmos e na constituição da alma. Essa verdade, ao mesmo tempo, não se confunde com um dogma, pois emerge de debates e do reconhecimento de ignorância, o que evidencia o traço dialógico e autocrítico do método socrático (PLATÃO, 2011). Logo, o conflito advém do fato de que Sócrates, ao buscar um fundamento

para a ética que vai além do arbitrário, inviabiliza o exercício da retórica sem escrúpulos, ponto-chave na competição política de Atenas.

2. Dinâmica de Mythos e Logos na Estratégia Socrática

Um dos elementos recorrentes nos resultados é a presença do mito como recurso pedagógico e simbólico para ilustrar teses filosóficas (Grimald, 2006). Esse aspecto contrasta com o pré-conceito, comum na modernidade, de que Sócrates ou Platão abandonariam inteiramente o mythos para consagrar a supremacia do logos. Na prática, diálogos como Fédon (PLATÃO, 1988) e Górgias (PLATÃO, 2011) revelam uma cooperação entre razão argumentativa e narrativas míticas, de modo que o mythos presta-se a inspirar uma imaginação moral, preparando o interlocutor para enxergar a psychê em relação a uma ordem cósmica que está além da simples experiência sensível. Nesse sentido, a filosofia socrática não rompe drasticamente com a herança cultural grega, mas a ressignifica, transformando o mito em uma ferramenta para mediar conceitos racionais complexos (Schüler, 1998). Trata-se, portanto, de um movimento que supera a polaridade entre razão e mito, aproximando-se, segundo alguns intérpretes, de uma “mística racional” (Bernabé, 2022).

Quando Sócrates recorre a mitos sobre o destino das almas ou sobre a estrutura do submundo, isso não implica adesão a um dogmatismo religioso. Muito menos um abandono do método dialógico que valoriza a refutação e a elucidação de conceitos. O objetivo é suscitar no interlocutor uma disposição imaginativa que complemente a argumentação, mostrando que a psychê não pertence apenas à dimensão empírica, mas requer uma compreensão ampliada do real (Caron et al., 2021). Hadot (2014) insiste que tais expedientes narrativos compõem o repertório de “exercícios espirituais” da Antiguidade, sendo um convite a transformar a vida pela reflexão sobre a imortalidade, a ordem universal e a virtude. Em outras palavras, a presença de mitos não descaracteriza a filosofia, mas expressa a natureza “catártica” do discurso socrático, capaz de mexer com as disposições afetivas e motivar a autorreflexão.

3. A Noção de Cuidado de Si e a Formação da Psychê

Outro ponto central reside no cuidado de si (epiméleia heautoû), cujo papel é fundamental para compreender por que a psychê e a phýsis sofrem variações ontológicas (Foucault, 2010). Sócrates não concebe a alma como um simples objeto de estudo teórico, mas como realidade dinâmica que se molda por meio de práticas dialógicas e de reorientação interior. De acordo com Duhot (2004), essa “formação da consciência” demarca uma ruptura com o modelo anterior, em que a virtude podia ser explicada como herança aristocrática ou como sucesso retórico; só a partir de Sócrates é que se enfatiza a necessidade de uma educação interior e permanente, em busca da verdade. Nesse sentido, a psychê adquire uma função ética e espiritual, deixando de ser apenas um princípio vital indefinido e tornando-se o fulcro de todo o projeto filosófico.

A pesquisa verificou também que a prática de conhecer-se a si mesmo (gnôthi sautón) se correlaciona a um conhecimento mais vasto, voltado para a phýsis. Naddaf (2005) realça que, para Sócrates, entender a natureza não é uma busca abstrata por princípios físicos, mas uma aproximação à ordem racional que sustenta a própria virtude. Não se trata de conhecer leis físico-químicas como em certa tradição científica moderna, mas de discernir a harmonia do cosmos como modelo para a alma. Assim, essa concepção rejeita a fragmentação do real e assegura que o homem não se coloca como dominador ou manipular da natureza, mas como parte de um todo que exige sintonia moral. O cuidado da alma, portanto, abre-se para uma contemplação que não é passiva, mas ativa, alimentando a responsabilidade política e a atenção crítica ao discurso público (PLATÃO, 2011).

4. A Relação Intrínseca com a Política e a Verdade

Conforme os resultados evidenciaram, qualquer tentativa de separar a discussão ontológica em Sócrates de sua prática política é falha. Foucault (2010) insiste no caráter parrhesiástico do discurso socrático, ou seja, na franqueza que confronta os poderosos e os mestres da retórica. Esse engajamento se acentua quando se observa que, ao redefinir a phýsis não como algo sujeito à vontade do mais forte, mas como ordem cósmica dotada de inteligibilidade moral, Sócrates subverte a base de legitimação que muitos políticos e sofistas usavam. Para Cálicles, retratado no Górgias, a lei natural é a lei do mais forte; para Sócrates, a lei natural decorre da harmonia que repele a desmedida (hybris) e sustenta a verdadeira felicidade como integração da alma (PLATÃO, 2011). Dessa divergência emerge o confronto político que leva Sócrates a ser acusado de corromper a juventude e de não reconhecer os deuses da cidade, pois ele se opõe ao uso conveniente do mito e da retórica em favor de uma atitude ética universalizante (Duhot, 2004).

Esse cenário confirma a teoria de Maniglier (2013) sobre as “variações catastróficas”: ao alterar a ontologia subjacente a phýsis e psychê, Sócrates provoca um impacto sísmico em todo o edifício social de Atenas, questionando valores arraigados. O fato de a virtude não poder ser separada do conhecimento implica que a formação política deve ir além do aprendizado de técnicas discursivas, investindo na transformação da alma. Platão, ao dramatizar esses debates, mostra que muitos atenienses — até mesmo jovens influentes como Alcibíades — resistiam a essa proposta, preferindo o prestígio imediato oferecido pela retórica aos rigorosos

apelos do exame interior (PLATÃO, 2022). Assim, a pesquisa conclui que a politicidade da filosofia socrática se fundamenta na própria rearticulação entre natureza e alma, e não em uma “vontade de poder” convencional. Sócrates não conquista seguidores pela força ou pela retórica vazia, mas pela coerência entre o discurso e a prática do cuidado de si.

5. Comparação com Correntes Órficas e Pitagóricas

As seções dedicadas aos diálogos com tradições órfico-pitagóricas sugerem que a alma em Sócrates assume um caráter ativo e racional, enquanto no órfico clássico prevalecia uma ênfase na purificação por meio de ritos e crenças no destino escatológico (Bernabé, 2022). Sócrates, ainda que herde ideias sobre a imortalidade e a continuidade da alma, reposiciona tais crenças em uma moldura dialógica e questionadora (Duhot, 2004). O conhecimento, portanto, não é obtido pela mística passiva ou pela obediência a tabus religiosos, mas pela maiêutica e pela argumentação polida entre interlocutores, como se observa no Fédon (PLATÃO, 1988). Esse método, que Hadot (2014) chamaria de “exercício espiritual”, implica a emancipação do sujeito em relação a eventuais dogmas e introduz a alma em um território ao mesmo tempo racional e sagrado. A metáfora maniglieriana da catástrofe ontológica confirma que essa nova postura diante da psychê exige mais do que pequenas adaptações conceituais; ela instaura outra forma de relacionar-se com a própria finitude e com a cosmologia.

6. Impacto sobre a Definição de Virtude e Sabedoria

Nos diálogos platônicos, a virtude (arete) deixa de ser um atributo aristocrático ou uma técnica retórica e se converte em sabedoria da alma, que acolhe a verdade e repele a ignorância (PLATÃO, 2011). Essa mudança influencia diretamente a forma de conceber o conhecimento: não basta a erudição ou a habilidade de convencer, é preciso conformar a alma aos princípios de ordem e bem que regem a natureza. Sallis (2016) aponta que, com esse deslocamento, Sócrates “espiritualiza” a ideia de conhecimento, de modo que o “saber” não pode ficar preso a descrições físicas, mas deve tocar a essência moral do ser humano. Assim, a virtude passa a depender da harmonia entre a psicê e a phýsis, onde a primeira se orienta pelos paradigmas de equilíbrio e racionalidade que se supõe existir no cosmos.

Essa conclusão dialoga com as leituras de autores modernos como Foucault (2010) e Gazolla (1999). O primeiro destaca que a busca da verdade, na filosofia socrática, compromete a integridade do sujeito no processo; não há um saber objetivo apartado do sujeito, mas um conhecimento que transforma a vida de quem o persegue. Já Gazolla (1999) sublinha o paralelismo entre a reorganização de conceitos feita por Sócrates e o posterior desenvolvimento de escolas helenísticas, como o estoicismo, que também vincularam a harmonia universal à conduta virtuosa. Embora não seja um estoico, Sócrates abre caminho para a ideia de que a reta ação decorre de uma consonância íntima com o logos cósmico, atuando, portanto, como ponto germinal para a filosofia moral que veria no cosmos um espelho da alma.

7. Identificação de Possíveis Ambiguidades

A própria noção de phýsis em Sócrates, porém, pode sugerir ambiguidades. A pesquisa detectou que há passagens em que ele se declara indiferente às especulações cosmológicas dos pré-socráticos, alegando que sua preocupação maior reside no humano (PLATÃO, 1988). Essa aparente contradição se atenua quando percebemos que o interesse de Sócrates pela natureza não é o mesmo que o de um cosmólogo atomista ou de um monista como Parmênides — ele não busca explicar o mundo físico em detalhes, mas encontrar nele uma regra moral. Ou seja, a “natureza” que Sócrates “redescobre” não visa à compreensão da matéria e de seus processos, mas ao reconhecimento de uma ordem racional e normativa (Sallis, 2016). Essa tensão, portanto, não invalida a hipótese de variação ontológica, mas aponta que Sócrates não rompe com todo o legado pré-socrático, incorporando, em vez disso, fragmentos conceituais que servem à formação ética da alma.

Também se podem indicar ambivalências na posição de Sócrates quanto à psychê como imortalidade plena ou necessidade de purificação. O Fédon retrata elaborados argumentos a favor da sobrevivência da alma, mas são sempre submetidos ao escrutínio e à hipótese de contradição (PLATÃO, 1988). Aqui transparece que, para Sócrates, a defesa da imortalidade não é um dogma estático, mas um expediente argumentativo que converge com a ideia de que a alma deve ser cultivada para alinhar-se a uma verdade suprema. Bernabé (2022) frisa que essa postura difere de outras correntes que viam a reencarnação como simples fato natural, pois em Sócrates a ênfase recai sobre o exame dialético e a virtude como condição desse destino. Assim, fica evidente que o conceito de psychê sofre transformações radicais, mantendo, ainda assim, um espaço para o exercício crítico e a abertura ao desconhecido.

8. Consequências para a Democracia e a Cidadania

Os resultados sublinharam de maneira recorrente as implicações políticas dessa reformulação ontológica. A democracia ateniense não era um regime totalitário, mas se apoiava nas deliberações públicas, frequentemente

marcadas pela retórica e pela busca de influência junto aos cidadãos. Quando Sócrates insiste em que a virtude e a busca do bem comum derivam de um alinhamento com a verdade da natureza e da alma, ele propõe uma ética cidadã que não se satisfaz com os consensos ocasionais ou com a oratória conveniente (Maniglier, 2013). Essa posição inauguraria, na leitura de Foucault (2010), uma tensão permanente entre a verdade e o poder, culminando na condenação do filósofo. A pesquisa confirma tal leitura ao notar que, ao reintroduzir a natureza como ordem normativa e apresentar a alma como sede da integridade moral, Sócrates mina as bases das práticas políticas superficiais que se contentavam com a aprovação popular, sem compromisso real com o bem.

Duhot (2004) destaca que a crítica socrática enfatiza uma crise de consciência na democracia ateniense, que desejava liberdade de expressão mas enfrentava a manipulação dos discursos. O projeto socrático, então, se revelava demasiado exigente: demandava que cada cidadão não apenas pudesse falar, mas que soubesse harmonizar-se com a verdade, sob pena de corromper a alma e, por extensão, a pólis. Assim, a perspectiva de que phýsis e psychê devem coincidir com uma ordem superior tornava-se desconfortável para grupos que visavam a vantagens imediatas, legitimadas pela mera retórica. Portanto, a variação ontológica em questão, ao relacionar natureza e alma em uma esfera de verdade transcendente, não é uma alteração inócua, mas um fator que abalou a base de consensos frágeis e escalou conflitos políticos intensos na Atenas de então.

9. Projeções e Atualizações Contemporâneas

Embora não seja foco principal do estudo, a atualização contemporânea das ideias socráticas aponta para reflexões sobre ecologia, ética e políticas identitárias. Sallis (2016) sugere que uma leitura renovada de phýsis poderia inspirar posturas ambientalistas em que a natureza não fosse vista apenas como recurso, mas como “ordem comum” que exige corresponsabilidade. Da mesma forma, Foucault (2010) considera que a ênfase no cuidado de si ilumina as resistências possíveis diante de poderes que moldam subjetividades em massa. Tais reflexões demonstram a fertilidade do legado socrático para questionar a compartimentação entre sujeito e objeto, político e privado, mito e razão — todos binômios que, se reconsiderados à luz das variações ontológicas apontadas, podem abrir caminhos para práticas filosóficas e sociais mais integradas. A presente pesquisa colabora, assim, para evidenciar a gênese desse modo de pensar e viver que, sem negar a história e a cultura, ancora-se em algo universal e dialogicamente aferido.

10. Avaliação Crítica e Perspectivas Finais

A discussão aqui consolidada indica que as variações ontológicas de phýsis e psychê na filosofia socrática não constituem um mero arranjo retórico. Elas respondem a mudanças profundas na maneira de conceber a realidade e o lugar do homem no cosmos, bem como a forma de articular verdade, virtude e poder (PLATÃO, 2011; 1988; 2022). Essa reformulação contraria algumas leituras simplistas que veem em Sócrates apenas um reformulador moral, sem maior alcance metafísico; ao contrário, os dados mostram que a dimensão metafísica (ordem do universo) e a ética (cuidado de si) se espelham e se alimentam mutuamente (Hadot, 2014). Cria-se, com isso, um paradigma em que a crítica política surge como consequência de uma clareza interior conquistada pelo exame filosófico, e onde a natureza se redefine como fonte moral e não simplesmente material (Sallis, 2016).

Por fim, a reflexão metodológica sugere que a aplicação do conceito de “variações catastróficas” de Maniglier (2013) revelou-se útil para perceber o caráter abrupto, ainda que dialógico, dessa reformulação socrática. Em vez de identificar apenas uma evolução linear dos conceitos gregos, a pesquisa identificou pontos de inflexão decisivos, momentos em que phýsis e psychê deixam de ser tratados sob paradigmas anteriores e entram em outro regime conceitual. Com esse enfoque, compreende-se por que a filosofia socrática, apesar de integrar elementos órficos, pitagóricos e pré-socráticos, instaura uma síntese original com vastas implicações. Se é certo que Platão desenvolve ainda mais tais ideias, a raiz do deslocamento ontológico encontra-se no Sócrates que questiona tudo, desde a função do político à natureza última da alma, promovendo a virada antropológica que molda boa parte da filosofia ocidental (Bernabé, 2022).

Portanto, conclui-se que a phýsis e a psychê, em Sócrates, deixam de ser noções separadas para formar um sistema complexo em que a natureza ordena, inspira e limita a ação humana, enquanto a alma, no cerne da busca da verdade, acolhe e expressa essa ordem em sua conduta — prática e teórica. O alcance disso é não apenas filosófico, mas político e pedagógico, confirmando a hipótese inicial de que se trata de uma revolução conceitual que ultrapassa a dimensão retórica e encontra na democracia ateniense um campo de tensões que expõe as contradições da liberdade e do poder. Ao reposicionar a natureza como instância moral e a alma como centro de uma sabedoria crítica, Sócrates configura uma nova “ontologia da existência” (Hadot, 2014), cujo ressonar nos séculos posteriores evidencia a vitalidade e a atualidade do seu legado.

V. Conclusão

A presente pesquisa dedicou-se à análise das variações ontológicas de phýsis (φύσις) e psychê (ψυχή) na filosofia socrática, abordando como esses conceitos, ao longo dos diálogos platônicos e de outras testemunhas da época, sofrem transformações que transcendem meras adaptações conceituais, gerando repercussões políticas,

éticas e epistemológicas de grande envergadura. A partir da metodologia histórico-interpretativa, que conjugou leituras filológicas e reflexões teóricas em diálogo com autores modernos (Maniglier, 2013; Foucault, 2010; Hadot, 2014), pôde-se concluir que as inovações de Sócrates não se restringem ao plano argumentativo, mas incidem diretamente sobre a vivência do cidadão na pólis, a forma de conceber a natureza e a constituição da alma. Nessa conclusão, pretende-se ressaltar os achados fundamentais, relacionando-os às questões suscitadas no início do estudo, ao mesmo tempo em que se discute a atualidade e os limites da proposta socrática para o pensamento contemporâneo.

1. Recapitulação do Problema e da Hipótese de Variação Ontológica

Ao partir da premissa de que *phýsis* e *psychê* sofrem, na filosofia socrática, uma reconfiguração conceitual expressa no que Maniglier (2013) chama de “variações catastróficas”, postulou-se a hipótese de que Sócrates não apenas retoma noções herdadas dos pré-socráticos ou das tradições órfica e pitagórica, mas as realoca em um novo regime de existência. Tais noções deixam de ser componentes estáticos — a natureza como um domínio físico e a alma como um princípio vital difuso — para se tornar fatores determinantes na compreensão da verdade, da virtude e da política (Naddaf, 2005). Os resultados confirmaram esse pressuposto: de um lado, há a superação do dualismo ingênuo entre *phýsis* e *nomos*; de outro, a *psychê* assume centralidade como agente ético que exige práticas de autoconhecimento (Hadot, 2014; Foucault, 2010). Esse deslocamento ontológico não é homogêneo nem linear, mas ocorre em meio a debates e tensões vivenciadas na Atenas do século V a.C., marcada pela ascensão de retóricos que separavam a verdade da oratória política, e pela crise que culminou na morte do próprio Sócrates (Duhot, 2004).

A força do conceito de “variação catastrófica” está em mostrar que o impacto de Sócrates na cultura ateniense e, por extensão, em toda a tradição ocidental, não se limita a correções incrementais, mas introduz algo radical: a insistência em que a natureza comporte uma ordem moral, em contraste com as leituras sofisticadas, e a redefinição da alma como núcleo racional e ético, indissociável do exercício político-crítico. Em consequência, a *psychê* passa a ser o centro de gravidade da vida humana, exigindo práticas de exame interior e um tipo de discurso público que se oriente pela verdade, e não pela conveniência retórica ou força do mais forte (PLATÃO, 2011; 1988; 2022). Essa correlação entre natureza e alma revigora a ideia de que compreender o cosmos implica compreender a si mesmo, lançando as sementes de uma ética enraizada na dimensão universal, mas exercida no cotidiano das relações sociais.

2. Contribuições Centrais: Entre a Política e a Ética

Uma das principais contribuições detectadas refere-se à impossibilidade de desvincular a reformulação ontológica de *phýsis* e *psychê* do horizonte político de Sócrates. Ao insistir na existência de uma ordem universal, acessível à razão, que confere fundamento à virtude, ele subverte a prática sofística de manipulação discursiva, questionando a validade de uma pólis governada por oradores habilidosos, mas alheios à verdade (Gazolla, 1999). Para Sócrates, o discurso público só é legítimo se sustentar o cuidado da alma, em consonância com o que Foucault (2010) analisou como *parrhesia*, isto é, a franqueza de expor o falso e defender o verdadeiro, mesmo sob riscos. Esse cuidado de si, a *epiméleia heautoû*, reflete o vínculo entre autoconhecimento e engajamento cívico: a alma que apreende a *phýsis* como ordem moral não pode tolerar leis injustas ou retóricas espúrias (PLATÃO, 2011).

Ademais, os achados sublinham a dimensão dialógica do método socrático, reforçando que a variação conceitual não se consagra na forma de um tratado sistemático ou de uma imposição de dogmas, mas emerge do embate vivo com interlocutores. É nessa interação que se percebe a plasticidade de *phýsis* e *psychê*: ora são examinadas em debate com Cálicles sobre a justiça natural, ora nos questionamentos à ignorância de Alcibíades sobre o autodomínio (PLATÃO, 2022). Essa dinâmica confirma que a forma literária do diálogo e a postura da maiêutica não são meras escolhas estilísticas, mas mecanismos fundamentais pelos quais Sócrates desperta a consciência de seus interlocutores, introduzindo paulatinamente a concepção de natureza e alma como realidades que reclamam exame e cuidado. A leitura de Schuler (1998) e Grimald (2006) realçou ainda o uso de mitos nessa estratégia, mostrando que o *mythos*, integrado ao *logos*, fortalece a força pedagógica do discurso filosófico, gerando um efeito catártico sobre a psique do ouvinte.

3. A Redefinição da Phýsis: Dinâmica e Normativa

Outro ponto essencial é o modo como Sócrates reverte a percepção da *phýsis*. Sallis (2016) e Naddaf (2005) demonstram que na tradição pré-socrática, a *phýsis* abarcava uma riqueza semântica — crescimento, surgimento, princípio — mas, ao ser traduzida como “natura” no latim, fixou-se em conotações mecânicas e estáticas. Em Sócrates, a natureza não é somente um conjunto de fenômenos: é uma fonte de normatividade que, ao mesmo tempo em que influi no destino da alma, exige-se compreendida por processos racionais. Esse movimento subtrai a *phýsis* do âmbito estritamente físico e a recoloca num patamar moral, de modo que a política correta seria aquela que se harmonizasse à *phýsis*, em vez de instrumentalizá-la. É nessa relação que a separação entre “forte” e “fraco” deixa de ser meramente biológica ou social e se torna questão de saber, pois a alma virtuosa

supera a tirania do mais forte (PLATÃO, 2011). Assim, a reapropriação de phýsis pela filosofia socrática introduz uma inflexão que, segundo Maniglier (2013), equivale a uma mudança de regime de existência conceitual, ao passo em que se distancia tanto do fisicalismo pré-socrático quanto da retórica sofística que via a natureza como justificação da dominação.

4. A Alma como Centro Racional e Espiritual

No tocante à psychê, a pesquisa demonstrou como Sócrates retoma elementos órfico-pitagóricos — a crença na imortalidade ou na transmigração — mas os submete ao critério racional do diálogo (Bernabé, 2022). A alma, para Sócrates, não se purifica unicamente por meio de rituais ou ensinamentos esotéricos, e sim por um exercício contínuo de interrogação de si e dos outros, que se estende à discussão sobre a ordem do cosmos e a ética na pólis. Esse posicionamento reflete uma variação substancial, pois a psychê não é apenas um artefato religioso, mas sim o “locus” de articulação entre conhecimento, moralidade e política (PLATÃO, 2022). Hadot (2014) identifica esse deslocamento como parte de uma tradição de “exercícios espirituais” na filosofia antiga, porém sublinha que em Sócrates há uma singularidade: a catarse da alma não ocorre na reclusão ascética, mas na esfera pública do diálogo, convidando a comunidade a participar desse esforço de conversão interior.

Essa mudança repercute na relação entre mito e razão: ao recusar qualquer dogma irracional, Sócrates incorpora o mythos como ferramenta de esclarecimento moral, sem desobrigar o interlocutor de analisar a coerência lógica do que se narra (Schuler, 1998). Com isso, a alma, antes visualizada como sombra ou força vital, se converte no agente ético e epistêmico, ao mesmo tempo racional e “tocada” pela dimensão mítica. Essa síntese sugere, conforme Duhot (2004), que a psicê socrática não é um mero receptáculo de ideias ou paixões, mas uma realidade que se constrói pela tensão entre a procura da verdade universal e a prática concreta de diálogo e convivência. Em termos de “variação ontológica”, a alma sai do registro passivo-homérico e entra em uma função de mediação entre o cosmos (phýsis) e as ações humanas, função essa que Sócrates defende como indispensável à cidadania autêntica (PLATÃO, 1988).

5. O Método Dialógico como Expressão da Variação Conceitual

Diversos autores, como Foucault (2010) e Maniglier (2013), enfatizam o aspecto metodológico para compreender o alcance da reformulação ontológica em Sócrates. Se a phýsis e a psychê são realidades em relação dinâmica, a verdade não se manifesta em tratados formais, mas no processo investigativo em que o sujeito interroga suas próprias opiniões e as dos outros, pondo em prática a maiêutica. Os resultados aqui obtidos mostram que essa postura contraria a mentalidade de muitos interlocutores que esperavam definições fechadas ou doutrinas prontas (PLATÃO, 2011). O próprio Sócrates se valia de ironias e paradoxo: proclamava a própria ignorância (“só sei que nada sei”) para desarmar quem confiava em um saber meramente retórico ou derivado da posição social (Gazolla, 1999). Assim, a relação entre natureza e alma não é sistematizada em um texto canônico de Sócrates, mas sim elaborada ao longo de diálogos em que a variação conceitual desponta como consequência da atividade reflexiva, e não como um ponto de partida. Esse aspecto reforça o entendimento de que a filosofia socrática não se limita a um corpo de ideias, mas constitui uma forma de vida, em sintonia com as análises de Hadot (2014) sobre os “exercícios espirituais”.

6. Integração entre Cosmos e Ética: Concepção de Sabedoria

Um ponto crucial emergiu quando se analisou a articulação da nova visão de phýsis com a concepção socrática de sabedoria. Ao contrário de uma erudição acumulada ou de um conhecimento técnico, a sabedoria consiste na capacidade de adequar a alma à ordem universal, compreendendo as finalidades últimas do agir (Naddaf, 2005). Essa sabedoria, segundo o Górgias, se opõe à habilidade retórica divorciada do bem, pois sem a reta compreensão do que é justo e da estrutura do real, a oratória degenera em manipulação política (PLATÃO, 2011). Assim, a sabedoria não pode existir sem virtude, e esta não se sustenta sem referência a uma natureza organizada onde a alma encontra seu lugar legítimo. Tamanha afirmação contraria o relativismo moral que enxergaria as leis como meros pactos de conveniência. Duhot (2004) enfatiza que é justamente essa radicalidade de Sócrates — ao fundar a virtude em algo superior às convenções — que, por vezes, produziu animosidade no meio político ateniense. Esse capítulo do legado socrático sugere que a sabedoria não pode abdicar de uma relação epistemológica e prática com a phýsis, expandindo a tarefa filosófica para além do intelecto, até a conduta integral do ser humano.

7. A Emergência da Prática de Si e a Resistência Política

A pesquisa demonstrou, em sintonia com Foucault (2010), que o cuidado de si (epiméleia heautoû) introduz um paradigma de resistência frente aos poderes estabelecidos e às práticas discursivas consolidadas. Sócrates não apenas argumenta que a alma deve ser cultivada; ele coloca em prática essa concepção ao questionar publicamente as pretensões dos oradores, denunciando a inconsistência dos que falam muito sobre justiça, mas desconhecem a ordem intrínseca que rege a phýsis. Schuler (1998) aponta que essa atuação vai além de uma

postura passiva de contemplação, porque é no enfrentamento dialógico que a alma se testa e se expande, exercendo a liberdade parrhesiástica. A consequência disso é que a filosofia deixa de ser mero saber teórico para converter-se em modo de vida, gerando a fusão entre cosmovisão (noção de phýsis) e desenvolvimento interior (formação da psychê).

8. Contribuições para o Debate Contemporâneo

No plano contemporâneo, a discussão sobre a redefinição de natureza e alma proposta por Sócrates encontrou ecos em abordagens filosóficas que problematizam a cisão moderna entre sujeito e objeto, cultura e natureza. Sallis (2016) articula a crítica à tradição metafísica ocidental, argumentando que o empobrecimento do conceito de phýsis ao ser traduzido como “natureza” gerou, desde a Idade Média e a modernidade, uma visão mecanicista do mundo, rompendo a ligação ética que Sócrates enfatizara. Igualmente, Bernabé (2022) observa que o enquadramento do papel da alma apenas como princípio religioso desvia a atenção da dimensão racional e crítica promovida no socratismo. Dessa forma, retomar o pensamento socrático pode auxiliar reflexões contemporâneas sobre ecologia, espiritualidade e democracia: ao não separar a phýsis do projeto ético e não reduzir a alma à crença mística, Sócrates antecipa uma concepção integrada, que hoje se revela relevante para pautas ambientais, políticas e humanas. A revalorização do mythos como parte de uma racionalidade mais ampla (Schüler, 1998) também se mostra fecunda para questionar o racionalismo estreito que descarta simbolismos e narrativas como irrelevantes.

9. Limites e Ambiguidades da Proposta Socrática

Por outro lado, há de se reconhecer alguns limites ou ambiguidade no projeto de Sócrates, tal como transmitido pelos diálogos platônicos. Primeiro, não se encontra nele um detalhamento sistemático de como a “ordem universal” pode ser comprovada ou acessada, além dos argumentos racionais e do apelo mítico (PLATÃO, 1988). Em segundo lugar, a posição de destaque atribuída à razão dialógica não esclarece, de modo inequívoco, como lidar com divergências culturais profundas ou com pessoas que se recusem a participar desse “exame de si” (Caron et al., 2021). Terceiro, embora Sócrates critique a manipulação retórica, a própria prática dialógica pode ter suas limitações no plano social amplo, pois a maioria dos atenienses não tinha o mesmo tempo ou disposição para debates filosóficos continuados (Foucault, 2010). Tais restrições não invalidam a inovação socrática, mas situam seu alcance num contexto histórico específico, exigindo que leitores atuais sejam prudentes ao aplicar seus postulados em situações marcadas por desigualdades estruturais ou por níveis de complexidade que Sócrates não podia prever.

10. Síntese das Linhas de Força: Inovação Ontológica e Herança Posterior

A principal conclusão que se extrai do estudo é que o socratismo não se reduz a mais um capítulo na evolução do pensamento grego, mas constitui um marco de redefinição conceitual em que a phýsis passa a ter sentido normativo-ético e a psychê assume centralidade como agente racional, político e espiritual. Esse duplo deslocamento, observado nos diálogos e corroborado por intérpretes antigos e modernos (Duhot, 2004; Hadot, 2014; Maniglier, 2013), legitima a ideia de “variações ontológicas”, pois não se trata de mera continuidade do que vinham fazendo pré-socráticos e órficos, e sim de uma “catástrofe” conceitual que recoloca a alma como sede da verdade e a natureza como fonte de um imperativo moral. Em virtude disso, a filosofia de Platão e as escolas helenísticas herdariam esse enquadramento, adaptando-o a seus próprios contextos e aprofundando, cada qual à sua maneira, o tema da sintonia entre o sujeito e a ordem cósmica (Gazolla, 1999). Assim, reconhece-se em Sócrates um ponto de virada em que a filosofia grega deixa de se concentrar predominantemente em teorias cosmológicas para privilegiar a formação ética e o engajamento cívico, sem descartar a existência de leis universais que transcendem as convenções humanas.

11. Relevância e Atualidade do Debate

A relevância contemporânea desse debate emerge quando se reconsideram as crises políticas atuais, a manipulação midiática ou a polarização ideológica, fenômenos que lembram, de certo modo, a retórica sofística do século V a.C. (Foucault, 2010). A noção de que a verdade não é acessória, mas constitui um vínculo inegociável entre a natureza, a alma e a prática política, desperta interesse como uma alternativa ao ceticismo ou ao relativismo extremo. Por outro lado, há o risco de se recair num dogmatismo que alegue “ordem natural” sem espaço para a construção social da norma, problemática que Sócrates tenta contornar ao insistir na maiêutica e no diálogo aberto, requerendo que cada crença seja testada racionalmente (PLATÃO, 2011). Portanto, o legado socrático não se converte em receita simplista para crises contemporâneas, mas oferece pistas valiosas sobre como reequilibrar a perspectiva do sujeito que se engaja politicamente a partir de uma consciência ampliada de si e do cosmos.

A interligação entre mythos e logos encontrada na obra socrática sugere, ademais, que a racionalidade não precisa abrir mão de recursos simbólicos ou metafóricos para enriquecer a compreensão humana (Schüler, 1998). Isso contesta a ideia de que a iluminação filosófica se opõe ao uso de narrativas ou lendas. Pelo contrário,

o mito pode complementar o raciocínio, contanto que seja submetido a uma leitura crítica, a fim de revelar a profundidade moral que subjaz à existência. Esse expediente, ainda hoje, ressoa em práticas educativas que integram contação de histórias a processos reflexivos, aproximando-se, de certa forma, do espírito socrático que não descartava nada a priori, mas pedia a verificação argumentativa (Grimald, 2006).

12. Síntese Conclusiva e Perspectivas Finais

A partir de todas as discussões e resultados apresentados, delinea-se uma imagem de Sócrates como aquele que, no cerne da democracia ateniense, opera uma revolução silenciosa, deslocando o eixo da filosofia das especulações cosmológicas e das astúcias retóricas para a autorreflexão e a ética de base universal. Nesse percurso, a phýsis deixa de ser um domínio pré-ordenado ou manipulável e converte-se num cenário que encoraja o alinhamento moral, enquanto a psychê sofre uma “explosão de sentido”, tornando-se o local de manifestação de valores, do debate público e da busca espiritual (Maniglier, 2013). Apesar das ambivalências inerentes ao método dialógico, que não fornece respostas definitivas, mas caminhos de inquietação, o impacto foi duradouro: Platão, Aristóteles e até os estóicos apropriariam-se dessas intuições, reformulando-as em sistemas mais robustos. O cerne inovador, porém, permanece o mesmo: a união entre a ordem universal e o cuidado da alma molda a vida filosófica em sentido pleno, associando a investigação racional à virtude política.

Quanto às limitações, cabe ressaltar que a escassez de escritos próprios de Sócrates e a filtragem de suas ideias pelos diálogos de Platão geram margens de incerteza. Entretanto, a convergência de indicadores nas falas de Xenofonte, Aristóteles e a tradição antiga confirma que esse reposicionamento de phýsis e psychê foi uma experiência efetiva, não apenas imputada tardiamente a Sócrates (Bernabé, 2022; Grimald, 2006). Ao refletir sobre a política, a cosmologia e a retórica, a filosofia socrática não se limita ao “conhece-te a ti mesmo”, mas amplia essa máxima para abarcar a compreensão da natureza e o dever de falar a verdade em público. Nesse sentido, a phýsis não é elemento meramente externo, mas prolongamento e, ao mesmo tempo, origem da alma, da qual a retidão moral depende (Naddaf, 2005).

Por fim, a presente pesquisa abre caminhos para estudos adicionais, sobretudo na análise comparada com outras correntes como a sofística tardia ou as escolas helenísticas, onde se podem confirmar ou refutar as hipóteses de variação ontológica. Além disso, investigações que cruzem a interpretação clássica com os debates sobre ética ambiental, feminismo e teorias do cuidado poderiam aprofundar as implicações contemporâneas da noção socrática de harmonia entre o ser humano e o cosmos (Sallis, 2016). Tais rumos de pesquisa realçam que o legado de Sócrates, apesar de ancorado num horizonte histórico específico, não se esgota na erudição acadêmica. Ele inspira, ainda hoje, a interrogação sobre como viver segundo a verdade em um mundo em constante turbulência, e convida a redescobrir na phýsis não apenas leis físicas, mas um projeto de vida que integra espírito, discurso político e pertença comunitária.

Em suma, a conclusão geral aponta que a revolução conceitual promovida por Sócrates, por meio das variações ontológicas de phýsis e psychê, compõe o cerne de sua inovação filosófica, implicando alterações profundas no modo grego de pensar a natureza e a alma. Esses conceitos, antes tratados de maneira dispersa ou restritos a certas tradições religiosas, tornam-se os pilares de uma ética racional e dialógica, bem como de uma atitude política comprometida com a verdade e a harmonia universal (Foucault, 2010; Hadot, 2014). Longe de ser uma concepção passageira, essa arquitetura teórico-prática moldaria a filosofia ocidental subsequente, influenciando Platão, Aristóteles e diversos movimentos espirituais na Antiguidade. A relevância atual se manifesta ao enfrentarmos, no presente, problemas de manipulação discursiva, fragmentação cultural e crise ambiental, redescobrimos que a busca de uma ordem universal aliada ao cuidado pessoal e comunitário permanece uma via possível para reconciliar a phýsis e a psychê na vivência humana.

Referências

- [1] BERNABÉ, Alberto. Platão E O Orfismo: Diálogos Entre Religião E Filosofia. Tradução De Dennys Garcia Xavier. São Paulo: Annablume, 2022.
- [2] CARON, Mathieu J. Et Al. Immersive Virtual Reality For Children With Autism Spectrum Disorder: A Scoping Review. *Journal Of Autism And Developmental Disorders*, V. 51, N. 4, P. 1375-1390, 2021.
- [3] DUHOT, Jean-Jöel. Sócrates Ou O Despertar Da Consciência. Tradução De Paulo Menezes. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- [4] FOUCAULT, Michel. O Governo De Si E Dos Outros: Curso No Collège De France (1982-1983). Tradução De Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- [5] GAZOLLA, Rachel. O Ofício Do Filósofo Estóico: O Duplo Registro Do Discurso Da Stoa. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- [6] GRIMALD, Nicolas. Sócrates, O Feiticeiro. Tradução De Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- [7] HADOT, Pierre. Exercícios Espirituais E Filosofia Antiga. Tradução De Flávio Fontenelle Loque E Loraine Oliveira. São Paulo: É Realizações, 2014.
- [8] MANIGLIER, Patrice. Manifesto Para Um Compartivismo Superior Em Filosofia. Tradução De Richer De Souza E Melissa Mora Mello. In: *Revista Veritas*, V. 58, N. 2, P. 226-271, Maio/Ago. 2013. PUC-RS: Porto Alegre, 2013.
- [9] NADDAF, Gerard. The Greek Concept Of Nature. New York: State University Of New York Press, 2005.
- [10] PLATÃO. Alcebiades I. Tradução De Celso Vieira. São Paulo: Penguin-Companhia, 2022.
- [11] PLATÃO. Fédon. Tradução De Maria Teresa Schiappa De Azevedo. Coimbra: Livraria Minerva, 1988.
- [12] PLATÃO. Górgias. Tradução De Daniel R. N. Lopes. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- [13] SALLIS, John. The Figure Of Nature On Greek Origins. Indianapolis: Indiana University Press, 2016.

- [14] SCHÜLER, Donaldo. Mythos E Logos Nos Diálogos Platônicos. Letras Clássicas, N. 2, P. 317-333, USP: São Paulo, 1998. Disponível Em: <https://Revistas.Usp.Br/Letrasclassicas/Article/View/73742/77408>. Acesso Em: 31 Jan. 2025.
- [15] BARDIN, Laurence. Análise De Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2016.
- [16] FLICK, Uwe. An Introduction To Qualitative Research. 6. Ed. Londres: SAGE, 2018.
- [17] GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. Fourth Generation Evaluation. Newbury Park: SAGE, 1989.
- [18] KITCHENHAM, Barbara. Guidelines For Performing Systematic Literature Reviews In Software Engineering. Keele University, 2007.
- [19] PATTON, Michael Q. Qualitative Research & Evaluation Methods. 4. Ed. Thousand Oaks: SAGE, 2015.
- [20] YIN, Robert K. Case Study Research And Applications: Design And Methods. 6. Ed. Los Angeles: SAGE, 2017.